

MÔNICA FERREIRA DA SILVA

**PRESIDIÁRIOS: PERCEPÇÕES E SENTIMENTOS
ACERCA DE SUA CONDIÇÃO PATERNA**

**Pontifícia Universidade Católica de Campinas
2007**

**PRESIDIÁRIOS: PERCEPÇÕES E SENTIMENTOS ACERCA DE
SUA CONDIÇÃO PATERNA**

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação Strictu Sensu em
Psicologia do Centro de Ciências da
Vida da Vida da Puc- Campinas como
parte dos requisitos para a obtenção
do título de Mestre em Psicologia
Escolar.**

Orientadora: Dr^a Raquel Souza Lobo Guzzo

**Pontifícia Universidade Católica de Campinas
2007**

MÔNICA FERREIRA DA SILVA

**PRESIDIÁRIOS: PERCEPÇÕES E SENTIMENTOS ACERCA DE SUA
CONDIÇÃO PATERNA**

BANCA EXAMINADORA

Presidente Prof^a. Dr^a. Raquel Souza Lobo Guzzo

Prof. Dr. Fernando Salla

Prof^a. Dra. Mônica Gobitta

Campinas, 06 de fevereiro de 2007.

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

2007

DEDICO

A meu pai (in memoriam).

A todos os pais que estiveram presos e que me ensinaram, entre muitas coisas, as várias formas de prisão a que somos submetidos.

De tantas experiências vividas no exercício profissional, restaram fortes imagens e sentimentos, que vão seguir comigo ao longo da minha vida.

“Sentir primeiro, pensar depois

Perdoar primeiro, julgar depois

Amar primeiro, educar depois

Esquecer primeiro, aprender depois

Libertar primeiro, ensinar depois

Alimentar primeiro, cantar depois

Possuir primeiro, contemplar depois

Agir primeiro, julgar depois

Navegar primeiro, aportar depois

Viver primeiro, morrer depois”.

Mário Quintana

Agradecimentos

A meu querido pai (in memorian) e a minha querida irmã (in memorian) que partiram, deixando em mim a saudade, mas que me ensinaram que a nossa breve passagem pelo mundo se faz com a nossa tarefa de melhorá-lo.

À minha mãe, pela força e coragem que me transmite para viver.

Ao meu amor João, sempre presente em meu caminho, com sua sensibilidade;

À minha orientadora, Raquel, por me acolher e se dispor a viajar comigo num universo muito habitado, porém pouco considerado pela sociedade. Pelos seus ensinamentos a me guiar na realização deste estudo.

Ao ex-diretor geral da unidade, sr. Júlio Procópio Filho por ter permitido uma maior aproximação com a instituição prisional.

Ao atual diretor, sr. Marco Antonio Pícoli, pelo acolhimento ao meu estudo e pelo desejo em realizar mudanças.

Aos demais diretores pela disponibilidade e confiança.

Ao colega diretor do Centro de Reintegração Social, Roberto Minchillo, pela colaboração e confiança em mim depositada.

Aos colegas de trabalho, Ana Cecília, Berenice, Cláudia, Cecília, Luzimar, Luiz Henrique, Rosângela, Sandra Marina e Waldemar pelas contribuições, incentivo e apoio durante todos esses anos, sobretudo nos momentos mais difíceis. Por dividirem as angústias e as incertezas desse caminho.

Aos funcionários que colaboraram com este estudo.

À Edani e a Jussara, pela paciência e colaboração.

Ao Prof. Fernando Salla, pela competência, sabedoria e pelas generosas contribuições durante o percurso deste estudo.

À Prof. Maria de Fátima Franco Santos, pelas contribuições fornecidas no exame de qualificação, pela sua experiência e confiança em mim .

À minha prima, Daniela, pelo carinho e constante apoio.

Ao Ary, por ter me conduzido ao “caminho das pedras”.

Aos colegas do mestrado, por estarem ao meu lado nessa trajetória.

À colega Márcia Valéria, que tanto me apoiou em todos os momentos.

À colega Vilma, pelo carinho e apoio.

Ao Fabrício , pela colaboração na revisão gramatical.

Ao Programa de Pós-Graduação, especialmente à Capes por ter me permitido este estudo.

Às “meninas” da secretaria do Programa de Pós-Graduação, pelo carinho e atenção que sempre demonstraram.

À Yara e ao Walter pela colaboração na digitação.

A todos os meus amigos, que deixaram através da nossa história muitas marcas em meu coração.

“ Por que você tá chorando Joãozinho?

Nenhuma resposta.

- Você tá passando mal?

Um momento de silêncio.

- Ah, professora tô com dor.

- Então, onde você sente dor?

- Sinto dor no peito.

- Dor no peito? então vamos procurar um médico!

- Não professora, meu peito tá doendo de saudade. Saudade do meu pai que tá preso...”

(Filho de José que se encontra preso)

SILVA, Mônica Ferreira da. (2006). Presidiários: percepções e sentimentos acerca de sua condição paterna. Dissertação de mestrado Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP. 147 p.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo geral compreender a relação entre pais presidiários e seus filhos, no ambiente prisional. O embasamento teórico da pesquisa está estruturado em três eixos de discussão: o primeiro eixo discute-se a atual conjuntura sócio-política e as contradições geradas pelo atual modelo econômico, contribuindo dessa forma para o encarceramento massivo e o papel das prisões no modelo atual; o segundo apresenta-se alguns fundamentos teóricos acerca do desenvolvimento humano sob a perspectiva da abordagem ecológica do desenvolvimento humano; e, por último, descreve os familiares no espaço prisional. Foram entrevistados deste estudo sete pais presidiários, escolhidos aleatoriamente, levando em conta somente sua condição de pai. A entrevista, com roteiro semi-estruturado, foi um dos instrumentos para a coleta de dados, assim como o diário de campo da pesquisadora. No processo de análise dos dados colhidos, as informações são organizadas em duas partes: a primeira discutiu os resultados obtidos por meio das entrevistas com os pais presidiários e a segunda, trabalhou com os dados coletados durante as observações participantes e dos diários de campo. Os resultados indicaram, de um modo geral, que a prisão gera impactos na relação pai e filho e na família, e que a instituição não está preparada para lidar com essa questão, conhecendo muito pouco dessa realidade.

Palavras-chaves: Prisão, Pais Presidiários, Vínculos e Desenvolvimento.

SILVA, Mônica Ferreira da. (2006). Convicts: Perceptions and Feelings about their paternal conditions. Master Degree Essay. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP. 147 p.

ABSTRACT

The present study has got as its main goal understanding the relationship between convict parents and their children, inside the prison environment itself. The theoretical matter of the research has got its basis on three discussion points: the first point deals with the current social and political combination of events and the contradictions which are generated by the current economical conditions, which contribute to massive imprisonment and the prisons role in the current society ; the second point presents some theoretical basis about the human development under an ecological perspective basis of the human development; and, at last, it relates the convict's family members in the prison environment. For this study seven male parents have been interviewed, they have been aleatoricly chosen, and only their parenthood conditions have been considered. The interview, which has been previously structured, has been one of the instruments to gather the data themselves, as well as to guide the searcher to understand the working fields. In the analysing process of the collected data, the information is organized in two parts: the first one has discussed the results gotten from the interviews with the convicts' parents and the second one has dealt with the data collected along the searcher's watching over the people who took part in such a search and in the working fields. The results show, in a general way, that prison generates an impact in the relationship between parents and their children, as well as in the familiar relationship. They also show that such an institution isn't ready to deal with such a question, and that very little has been known about such a reality.

Key words: Prison, Convict Parents, Entails and Development.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	
AGRADECIMENTOS	
RESUMO	
ABSTRACT	
ÍNDICE DE ANEXOS	
ÍNDICE DE QUADROS	
APRESENTAÇÃO	i
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	4
I.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
1. A Instituição Prisional e a Sociedade Neoliberal.....	15
2. Abordagem Ecológica Do Desenvolvimento	27
3. A Família E O Sistema Penitenciário	37
4. Objetivos	49
Objetivo Geral.....	49
Objetivos Específicos	49
II. MÉTODO.....	50
Contexto Institucional do Estudo.....	53
Participantes.....	56
Material	60
Procedimentos	62
III. RESULTADOS E DISCUSSÃO	65
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
V.REFERÊNCIAS.....	122
ANEXOS	

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I.....	130
ANEXO II.....	131
ANEXO III.....	133
ANEXO IV	134
ANEXO V	135

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1. DADOS DOS PARTICIPANTES.....	56
QUADRO 2. LEGENDA DOS DIÁRIOS DE CAMPO.....	110

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho pretendeu compreender a relação entre pais presidiários e seus filhos, dentro do ambiente prisional. Para isto, foi organizado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, referente à fundamentação teórica, está dividido em três eixos teóricos. O primeiro eixo faz uma reflexão como o sistema social e o atual modelo socioeconômico afetam a vida humana e contribuem para o aumento do encarceramento.

O segundo eixo apresenta a compreensão de desenvolvimento segundo a abordagem ecológica do desenvolvimento humano e focaliza o ambiente prisional como um contexto específico de desenvolvimento humano. Dentro desse ambiente esses filhos que visitam os pais, estabelecem relações interpessoais e relações com fatores físicos, sociais e simbólicos.

O terceiro eixo fala da família no espaço da prisão, descrevendo como se dá o contato nesse espaço e qual a atribuição das políticas sociais voltadas a esta questão.

O segundo capítulo descreve sobre o método dessa pesquisa, seguida pela caracterização do cenário de pesquisa, dos participantes, material de coleta, de dados e os procedimentos utilizados para realização da pesquisa.

No terceiro capítulo estão os resultados e as discussões dos dados e está estruturado em duas partes, a primeira trabalha com as respostas coletadas por meio das entrevistas com os pais presos, e a segunda parte, analisa os dados retirados dos registros de campo por meio da observação participante.

No quarto capítulo, são apresentadas as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos utilizados.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A relação com o tema das prisões não é muito nova. O interesse surgiu durante a graduação e me fez entrar em contato com um mundo cercado por grades e trancas, através do estágio supervisionado; já naquela época me deparava com questões intrigantes de como seria esse universo e a condição de estar prisioneiro. Impossível esquecer aquelas supervisões, com relatos de histórias de vidas marcadas por violência, degradação física e psíquica.

Durante a graduação já sentia a necessidade de compreender o ser humano não só na perspectiva individual, mas também numa perspectiva social e histórica.

Meu desejo era trabalhar para o desenvolvimento do ser humano e poder atuar com pessoas que, em sua história de vida, foram marcadas pela exploração de um sistema social injusto. Não conseguia me perceber sentada em um consultório, atendendo a uma clientela de um segmento social mais favorecido economicamente. Pensava em “mergulhar” neste contingente social de pessoas que sofrem por serem pobres, que são recrutadas dentre a população pobre e abarrotam as cadeias. Crianças que estão se desenvolvendo em meio à miséria, fome e violência, que não contam com as figuras parentais, muitas vezes, por elas estarem presas.

Assim, voltei minha formação após a graduação (ao mesmo tempo em que atuava em um grande hospital psiquiátrico e refletia sobre as instituições sociais e sua função na sociedade), à área infantil atendendo, durante uma especialização em um ambulatório universitário, crianças provenientes de uma camada desfavorecida

economicamente. Por meio dessas experiências, também fui questionando a importância da compreensão das dimensões sociais no trabalho do psicólogo.

Acompanhava crianças expostas diretamente a situações de risco e violência, em comunidades comandadas pelo tráfico, sem contar com uma rede de apoio social que lhes dessem amparo.

Atuo como psicóloga do Sistema Prisional desde 1998 e surgiu daí, meu interesse em refletir sobre este local; no interior das prisões encontram-se informações de grande importância, que não estão presentes em bibliotecas ou outras produções sobre aquele local. Por lá, a cada dia surgem novas histórias, cada uma com sua singularidade e seu ensinamento.

Também chegavam até a mim, no exercício profissional, histórias familiares dos presidiários, os quais eu acompanhava na prisão e eles traziam revelações sobre suas relações com seus filhos. Eles me questionavam acerca de seus problemas na relação e vínculo com seus filhos, e muitas vezes eu não encontrava respostas e me perguntava como se daria este fato na família, na criança e no próprio preso. O que se passava neste processo de prisão paterna?

As crianças frequentando um ambiente prisional, passando por revistas em sua chegada, adentrando os portões e permanecendo nos pavilhões. Como a criança percebe este ambiente? Quantas histórias estas pessoas não teriam para contar? Como construíam suas vidas? Como lidavam com seus problemas? Como eram seus vínculos familiares? Tantas impressões me causavam!

Assim, fui buscar compreender a importância deste período para o pleno desenvolvimento psíquico. Comecei a observar, no atendimento e na interação cotidiana com os presos, a necessidade deles em entender a infância, seja deles ou de seus próprios filhos, trazendo questões e dificuldades enfrentadas em sua vivência pessoal. Também observava as crianças adentrando os portões da penitenciária, muitas chorando, outras correndo com sacolas ou brinquedos à mão. Ali estava um momento de encontro delas com os pais ou parente, mas também com as grades, com um universo permeado de sentidos subjetivos. E que sentidos seriam estes? Que “espaço” seria aquele?

Penso na importância da psicologia como instrumento de mudança e construção social, bem como a importância de um paradigma que estenda a atuação e a intervenção do psicólogo junto aos problemas concretos das pessoas, em sua realidade social, econômica e até local, compreendendo certos fenômenos que ultrapassem a esfera individual e perceba uma perspectiva de totalidade.

No início de minha atuação várias questões surgiram, e eu buscava nas teorias de personalidade explicações para o que se passava, tentando levantar respostas para a agressividade de uma, para o isolamento da outra. Porém, com a prática profissional, senti a necessidade de uma revisão crítica em relação a este olhar, “desconstruindo” alguns conceitos e também resgatando outros para nortear minhas atuações.

O contato com demais funcionários trazia-me alguns dados sobre este universo infantil dentro da prisão e pude perceber que certos

conceitos ou rótulos, como “filho de bandido, bandido é” ou “uns querem ser polícia, prenderem também”, ou ainda “quando crescer vou ser como você”, aguçaram mais minhas questões.

Outra questão que permeia esta realidade é a de como poderão estas crianças se desenvolver, já que estão privadas de certa forma, da convivência familiar, desvinculadas de uma referência paterna e expostas, diretamente, à violência? Como se dá o desenvolvimento afetivo e intelectual desta criança? Apostar na determinação que a família ou o meio exercem na formação da criança exposta a tais condições, nos levaria a pensar que para ela não haveria outra saída desejável ou possível? Observo que o aprisionamento paterno é um problema social cada vez mais crescente.

Foi então por tantas inquietações e por necessidade de se compreender uma questão até então pouco analisada que ingressei na pós-graduação.

Segundo Goffman (1988) a sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas e baseamos nossas percepções nessas categorias, transformando-as em expectativas e exigências e formando-as, assim, em uma identidade social real.

Ainda citando o autor, um indivíduo que se relaciona com um sujeito estigmatizado através de uma estrutura social é considerado também pela visão da sociedade, “como uma só pessoa”, como por exemplo, “filho de bandido, bandido é ou será”.

Foi a experiência prática a força motriz de tantas questões, e o estudo surge como apoio para dar sentido e significado às angústias

profissionais. Penso, pois, ser de grande importância a contribuição de um estudo descritivo, que visa a conhecer a problemática do pai que vivencia tal situação de vida e o impacto de certas vivências em sua família.

Outra questão que emerge desta problemática é a ausência de políticas públicas voltadas ao pai encarcerado. Não existe espaço físico adequado dentro da Instituição Prisional para a visita de crianças a seus pais. Elas são submetidas a revistas, em seus corpos e pertences, são obrigadas a dividir o mesmo espaço com as outras pessoas que engrossam as filas deste ambiente, estando expostas a situações complicadas, tais como se despir para revistas dos agentes penitenciários, sem falar em resgate de presos em dias de visitas familiares, e também as rebeliões.

Com este trabalho gostaria de chamar a atenção para um problema social crescente e praticamente ignorado tanto pela literatura acadêmica nacional, quanto pelas políticas públicas, na expectativa de que possa contribuir ou estimular novos estudos. Este trabalho pretende não somente ser uma pesquisa de campo, mas também uma reflexão sobre uma grave problemática social.

Assim sendo, tenho a necessidade de transformar as dificuldades do dia-a-dia do trabalho em algo útil e concreto. As dificuldades diárias com que me deparei ao longo de todos estes anos no sistema prisional, fizeram-me refletir profundamente sobre o papel profissional nesta instituição e tentar lidar com o sentimento de impotência que me deparava.

A cada dia, surgia um questionamento sobre o que é aquele lugar, as pessoas que lá estão, seus familiares como vivem. Enfim, trazer para a palavra as vivências marcantes e nomeá-las a partir de um estudo mais aprofundado.

O técnico está, sob todos os aspectos, limitado em seu trabalho. A Instituição, desde seu espaço físico até sua dinâmica, nos transforma e nos discrimina. Sentia a todo o momento que éramos sub-aproveitados, que não tínhamos função definida, que às vezes nos queriam meramente como figuras representativas e dispensáveis. Quando não conseguiam lidar com determinada situação, chamavam por nosso trabalho.

A relação com o indivíduo preso trazia o questionamento do sentido do termo reabilitar. O que seria reabilitar aquela conduta? Isso foi mudando ao longo de todos estes anos e percebi que era algo complexo demais, muitas vezes fugia de meu entendimento e de minha atuação enquanto profissional. Tantos aspectos envolvidos, tantas questões (sociais, psíquicas, orgânicas), enfim, um emaranhado de coisas que não conseguiria ajudar o preso naquela situação e que a própria instituição não me permitia que o fizesse.

Foi então que comecei a olhar o sentido de um trabalho preventivo. A importância de se tentar fazer algo aos que ainda não chegaram até lá; àqueles em que ainda não foi instalada a conduta delituosa, às crianças que estão crescendo, àquelas que estão se deparando com aquele universo, isto é, uma instituição onde seus pais ou conhecidos

passarão boa parte de suas vidas e que se encontram lá por algum motivo.

Como ficaria a mente de uma criança que tem um vínculo com alguém que está num local como aquele? Será melhor deixá-la visitar o pai naquele espaço, entrar naquele mundo cercado por grades, regras e riscos, ou não? Que consequência isso tem para uma criança que está se desenvolvendo?

São questões que tentarei entender mais amplamente com esta pesquisa. Por todas as experiências que lá vivi, somente encontrei sentido para me sustentar nesta relação profissional, pelas inquietações que estavam brotando em minha mente. Surge então o desejo e a motivação para continuar este trabalho.

O contexto sócio-político atual introduz modificações em diferentes esferas da vida social, familiar e individual. Surge assim, a necessidade de uma compreensão desta problemática, que envolve a criança, o encarcerado e a instituição. Tal problemática não está circunscrita apenas à instituição prisional, mas também à sociedade e à criança.

A partir desta problemática (pai preso) surgem outras: a social, a familiar e a institucional. Penso que procurar entender a criança, a sua relação com a figura paterna encarcerada e o contato com a instituição prisional oferece-me um amplo estudo e que, para compreender tudo isso, há que se compreender cada questão: o sistema socioeconômico em que vivemos, a criança e a prisão.

Analisar a atual conjuntura político-social que atravessamos, a criança em desenvolvimento e a instituição prisional, dentro de uma

concepção mais ampla e sistêmica, considerando a interação destes fenômenos e ambientes, constitui o eixo de minha pesquisa.

Sendo assim, dentro desta concepção, poderei refletir e contribuir para a produção de conhecimentos contra certas crenças ideologicamente estabelecidas e explicitar o mascaramento das contradições sociais operado pelo modelo atual de política socioeconômica.

Examinando a literatura a respeito da questão de presidiários no país ou do estudo sobre crianças com pais encarcerados, pude observar a escassez de trabalhos publicados nesta área, principalmente no que se refere à pesquisa brasileira. Por outro lado, tenho notado na minha experiência profissional um grande fluxo de queixas e dúvidas dos pais sobre esta questão.

Freqüentemente estas queixas são trazidas nos atendimentos com o preso. As dúvidas que emergem estão ligadas à sua condição de preso e à distância do vínculo familiar. Observei que há várias questões a serem respondidas e dificuldades por que passam essas crianças e suas famílias que merecem um estudo mais aprofundado.

Compreendo que o momento pelo qual passa o sistema prisional brasileiro é bastante complexo e nele se instalou uma grave crise. O cenário atual apresenta-se em um clima de medo e insegurança, tanto da parte dos funcionários quanto da parte dos presos. Todos temem por suas vidas.

A discussão que apresento a seguir não pretende esgotar de forma alguma o tema apontado, mas contento-me em despertar certas

questões, deixando em aberto a necessidade de várias discussões para um tema nem sempre fácil de delimitar.

I.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. A INSTITUIÇÃO PRISIONAL E A SOCIEDADE NEOLIBERAL

“Tantos pisam neste chão que

Talvez um dia se humanize”.

(Carlos Drummond de Andrade)

Pensar o Homem que vive na cultura capitalista contemporânea é indagar se a estrutura social desta sociedade e o espírito que dela resulta propiciam o pleno desenvolvimento do ser humano.

Refletir a respeito deste Homem é refletir um processo intimamente ligado à construção histórica e social; é não se deter somente no enfoque psicológico e ignorar os efeitos das condições sociais e políticas sobre seu comportamento, e não desprezar os problemas gerados pela estrutura social e econômica.

Neste sentido, podemos pensar como a ideologia capitalista se expressa em nossa individualidade e se manifesta na vida social. E que caracteriza o capitalismo é acima de tudo a sua relação com o lucro e com a acumulação material.

A sociedade capitalista baseia-se no princípio da liberdade política, por um lado, e no mercado como regulador de todas as relações econômicas e sociais, por outro. Tanto as coisas úteis, como os bens materiais ou a capacidade e energia humana, são transformadas em mercadorias e são trocadas nas condições de mercado. Como exemplo, as roupas, úteis e necessárias, não têm valor econômico se não houver

certa demanda por elas no mercado; a energia investida pelo homem em suas atividades não tem valor de troca se não houver demanda por elas nas condições de mercado existentes (Catani, 1980).

O capitalismo é um sistema social histórico. Para explicá-lo, temos de compreender suas origens, seu funcionamento e sua realidade atual. Historicamente propôs-se, além de outros objetivos, a concentração de bens, a maximização dos lucros, a reserva de bens não consumidos e a exploração da força de trabalho humana (Wallerstein, 1985).

Na ânsia de acumular mais e mais bens, mercantilizam-se todas as esferas da vida social, o que Wallerstein vai chamar de “a mercantilização de tudo: a produção do capital”. É esta finalidade do capitalismo: tudo tem de ser transformado em algo que se possa vender ou consumir.

A divisão social do trabalho, propriedade privada e troca são características fundamentais do capitalismo (Catani, 1980). À produção de mercadorias propõem os produtores independentes privados que possuem a sua força de trabalho, os meios de produção e os produtos que são resultantes desse trabalho.

À divisão social do trabalho, o indivíduo não possui todas as profissões necessárias para satisfação de suas necessidades pessoais (alimentação, habitação, vestuário, etc), então ele só consegue sua subsistência se conseguir adquirir os produtos do trabalho de outros.

A troca também é condição necessária à subsistência na sociedade capitalista, pois o produto a ser trocado (resultado do trabalho humano), denomina-se mercadoria.

Embora mantenha sua estrutura básica, vários fatores mudaram, proporcionando ao capitalismo atual certas especificidades e exercendo uma influência profunda na estrutura do caráter do homem moderno (Fromm, 2000).

O processo de desenvolvimento do sistema capitalista trouxe-nos um novo modelo socioeconômico que define a nova ordem mundial. É o Neoliberalismo, um conjunto de políticas e tendências que permitem que os interesses particulares se sobreponham aos coletivos. Apresenta-nos uma ideologia que fornece um projeto de sociedade e de programa de governo, que dispensa quaisquer intervenções do Estado, enfranquecendo seus propósitos e cultuando o livre mercado como um dos meios para o desenvolvimento econômico e social (Chomsky, 2004).

Os seus pilares se sustentam na acelerada marcha de privatizações, na crença da “eficiência do mercado” e na diminuição dos benefícios sociais, substituindo-os pela lógica do individual.

As condições que favorecem as ações e propostas neoliberais encontraram um terreno fértil na América Latina, devido a suas características históricas e sociais. O Estado de bem-estar social sucumbiu aos ataques levados pelos neoliberais e pelo enfraquecimento da esquerda o sistema de proteção social se desmantelou (Comblin, 1999).

As conseqüências mais graves desta ideologia são a ampliação das profundas desigualdades de todos os tipos: classe, etnia, gênero, etc. que foram exacerbadas e elevadas ao extremo com a aplicação das políticas neoliberais.

Os efeitos desta política jogam todo ano milhares de pessoas no trabalho informal, sem garantias trabalhistas, contornando a lei e diminuindo cada vez mais a sua renda. Muitas vezes, aí se dá a passagem para a marginalidade, já que os salários precários e o baixo nível de motivação pessoal para o enfrentamento das condições de vida são fatores também responsáveis pela criminalidade (Adorno, 1999).

Podemos pensar no momento socioeconômico e político que estamos vivendo: tendência a desempregos em massa, reprodução da pobreza, surgimento de altos índices de violência, desesperança, e o retraimento do papel do Estado.

A realidade social que emerge do atual sistema socioeconômico traz-nos um quadro de deterioração da vida humana. A globalização do capitalismo e seu avanço se manifestam na destruição social criada pelo poder do mercado.

Em tais circunstâncias, o aprisionamento é uma alternativa altamente reforçada e aplicada, pois seria uma maneira de utilizar ou neutralizar uma parcela significativa da população que não é necessária à produção e para a qual não há trabalho (Bauman, 1999). Para este autor a prisão significa “não apenas imobilização, mas também expulsão (...) A Prisão significa uma prolongada e talvez permanente exclusão” (p.130).

No plano global, o mundo presencia a manifestação de uma sociedade capitalista com poderes fortemente destrutivos, geradora da desigualdade e de certas formas de injustiças. Tudo isso movimenta o processo em curso de empobrecimento e deterioração das condições de

vida gerando e contribuindo para o aumento do encarceramento massivo.

Pinheiro & Almeida (2003) discutem que desde a década de 80 os números da violência urbana interpessoal, em nosso país, são um dos mais elevados da comunidade internacional, tendo como principais agentes e vítimas, os jovens. Nestes índices, os números de crimes contra a vida são perpetrados no contexto da criminalidade urbana.

A persistência dos altos índices de aprisionamento e o aumento da desigualdade social nos últimos anos tem despertado atenção sobre a relação entre crescimento econômico, violência e condições sociais. Nesta tendência, temos o impacto sobre a vida humana e o fenômeno da exclusão social gerada pelos ideais neoliberais. A instituição prisão então surge como meio a fim de conter as desordens geradas pelo desemprego massivo, pela precarização do trabalho e a retração da rede de proteção social (Wacquant, 2001).

Toda tentativa de se entender o Sistema Penitenciário, nos moldes atuais, requer, em primeiro lugar, o resgate histórico do surgimento da instituição prisão.

No fim do século XVIII e princípio do século XIX dá-se a passagem a uma penalidade de detenção, e a prisão seria a peça essencial no conjunto das punições, em substituição a outros métodos, como o suplício e a expiação corporal (Foucault, 1987).

Nessa época, uma nova legislação transforma a prisão na principal maneira de punir os homens, com novos mecanismos de dominação que definem um tipo particular de poder. Não mais os castigos infligidos

sobre o corpo dos condenados, mas uma técnica disciplinar quando “se elaboraram por todo corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza” (Foucault, 1987, p.195).

Foucault (1988) em sua obra *Microfísica do Poder* atribui como uma das funções da prisão, a de produzir a delinqüência, pois através dela, o indivíduo produz um ciclo, muitas vezes não interrompido de degeneração e agravamento de sua condição.

A prisão fabrica a delinqüência e os próprios delinquentes são úteis tanto no campo econômico como no político. Na história das prisões os delinquentes eram utilizados nas lutas políticas e sociais contra os operários. Sem o delinquente não há polícia ou todo um sistema penal e judiciário que gera empregos.

Vemos que ao longo de sua história, a prisão esteve ligada à exclusão social, pois era feito na classe inferior o recrutamento da delinqüência. Em *A Prisão dos Pobres* (Rocha, 1994), há uma profunda análise sobre a Instituição Prisional e nos é revelado fundamentalmente que a prisão, desde sua origem, destina-se ao aprisionamento de pobres.

Desde sua origem o sistema penal tem em seu propósito reforçar uma ordem (social) descrita em termos de apartação social. Nesta

ordem, uma minoria de incluídos tem para si garantidos certos direitos básicos, enquanto uma maioria significativa da população sofre privações, violências, discriminações, preconceitos, se tomarmos como medidas os padrões de igualdade e cidadania previstos na constituição federal.

O indivíduo institucionalizado passa por um processo de “mortificação do eu”, isto é, vivencia um processo de perda de identidade e conseqüências em sua personalidade (Goffman, 1996).

Este indivíduo institucionalizado é exposto às práticas institucionais de “rebaixamento, degradações, humilhações e profanações do eu” (Goffman, 1996, p.24). Nas prisões, principalmente, o indivíduo é despido de sua identidade e de sua individualidade; no meio externo, o indivíduo possui objetos e territórios, os quais se ligam aos seus sentimentos e atitudes, porém “Nas instituições totais esses territórios do eu são violados; a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida, e as encarnações do eu são profanadas” (Goffman, 1996, p.31).

A prisão revela, em sua própria natureza, um caráter paradoxal, pois sua própria estrutura e técnica levam o indivíduo a inúmeras perdas e mudanças.

Assim como o sistema socioeconômico sofreu transformações ao longo da história e impactou a vida das pessoas, as instituições sociais também passaram (e passam) por muitos projetos de reformas no sentido de dar-lhes uma feição mais humanizada. A Prisão não fica fora, ao contrário, tem se transformado num palco de investimentos privados

e com obscuros objetivos de realmente reabilitar o indivíduo que lá se encontra (Wacquant, 2001).

Ampliam-se os investimentos nesta área, o gasto com novos sistemas de segurança e a transformação dos indivíduos presos, em números, estabelece um dos fatores desta nova ordem.

Em *As Prisões da Miséria*, Wacquant (2001) oferece uma nota aos leitores brasileiros, na qual afirma que “a penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um “mais Estado” policial e penitenciário o “menos Estado” econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro como do Segundo Mundo” (p. 7).

A exclusão gerada pela vulnerabilidade dos setores mais pobres diante da precariedade das condições de vida, a tendência marcada pela ausência familiar dos pais devido ao aprisionamento, bem como a crescente proporção de crianças expostas aos riscos, traz-nos hoje uma grave questão social.

A história da prisão retrata o caráter de exclusão social que esta instituição propicia. Ainda na sociedade contemporânea estão presentes os componentes de punição, exclusão e promoção da criminalidade.

Em um artigo sobre as prisões Salla (2001), analisa as tendências apresentadas pelas prisões, nas últimas décadas do século XX. Lembra que o ideário de “ressocialização”, de um tratamento mais humanista, perdeu “terreno e vem se tornando cada vez mais formalista” (p. 2), cada vez mais o encarceramento fez crescer práticas punitivas, e

coloca a idéia para a sociedade de que o condenado onera o bolso dos contribuintes e é responsável por um alto custo para o Estado, para sua manutenção.

Como parte deste cenário, estamos presenciando a expansão assustadora de empresas que administram ou de alguma forma fornecem produtos e serviços à instituição prisional. Assistimos à minimização do Estado e ao avanço de empresas privadas no que diz respeito à administração e fornecimento de produtos às penitenciárias (Salla, 2001).

Wacquant (2001) fala em “Supressão do Estado econômico, enfraquecimento do Estado social, fortalecimento e glorificação do Estado penal: a ‘coragem’ cívica, a ‘modernidade política e a própria audácia progressista (vendida do outro lado da Mancha sob a etiqueta de “terceira via”) imporiam atualmente que aderíssemos às banalidades e aos dispositivos de segurança mais desgastados” (Wacquant, 2001, p.18).

Sem levar em conta o atual sistema socioeconômico, não se poderia compreender porque cresceu, nas últimas décadas, o número de pessoas presas (Wacquant, 2001).

As mudanças nas legislações, capazes de ampliar os motivos de encarceramento, dificultar a atenuação da pena (como as políticas de “tolerância zero”), e endurecer sua execução, acabam por reforçarem a criminalização da pobreza e da negritude. Wacquant comenta, a respeito do caso americano:

O assombroso crescimento do número de presos na Califórnia, como no resto do país, explica-se em três quartos, pelo encarceramento dos pequenos delinqüentes e, particularmente, dos toxicômanos. Pois, contrariamente ao discurso político e midiático dominante, as prisões americanas estão repletas não de criminosos perigosos e violentos, mas de vulgares condenados pelo direito comum por negócios com drogas, furto, roubo, ou simples atentados à ordem pública, em geral, oriundos das parcelas precarizadas da classe trabalhadora e, sobretudo, das famílias do subproletariado de cor, das cidades atingidas diretamente pela transformação conjunta do trabalho assalariado e da proteção social. De fato, em 1998, a quantidade de condenados por contenciosos não-violentos reclusos nas casas de detenção e nos estabelecimentos penais dos Estados Unidos rompeu sozinha a cifra simbólica do milhão. Nas prisões dos condados, seis penitenciárias em cada 10 são negros ou latinos; menos da metade tinha emprego em tempo integral no momento de ser posta atrás das grades e dois terços provinham de famílias dispendo de uma renda inferior à metade do limite da pobreza (Wacquant, 2001, p. 83).

O novo modelo penal passa, aos poucos, a se inserir no modelo norte-americano, levando o sistema penitenciário a se transformar em um mercado, como diz Wacquant “a corrida para a inflação carcerária e a comercialização da punição” (p.137).

As políticas públicas também estão apoiadas neste discurso, em que o corte de gastos, redução do quadro de funcionários estatais, inserção de Organizações não-Governamentais (ONGs), as chamadas parcerias público-privadas, estão tomando conta e mudando o perfil e o papel do Estado (Salla, 2001).

No Brasil temos prisões administradas pelas chamadas Organizações não-governamentais e a estrutura prisional do país está subordinada e estadualizada. O DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) é um órgão do Ministério da Justiça, de controle, fiscalização e viabilização de recursos, destinado a acompanhar e zelar pela aplicação da Lei de Execução Penal, bem como das diretrizes da política criminal derivadas do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (DEPEN, 2006).

Com cerca de 361.402 presos, índice de aprisionamento no país de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (dezembro de 2005) , o Brasil administra um dos dez maiores sistemas penais do mundo. O total de estabelecimentos penais é de 1.006 (DEPEN, 2006).

No estado de São Paulo o complexo prisional é constituído por 144 unidades. Há 3 unidades de Segurança Máxima, 74 Penitenciárias, 32 Centros de Detenção Provisória, 22 Centros de Ressocialização, 7 Centros de Progressão Penitenciária, 2 Institutos Penais Agrícolas e 5 Hospitais Penitenciários (Secretaria de Administração Penitenciária, 2006).

O estado de São Paulo viveu no mês de maio de 2006 uma das mais violentas ações realizadas pelo crime organizado, mostrando a fragilidade das políticas de segurança e as condições de superlotação dos presídios do Estado.

Estes números revelam que apenas uma intervenção remediativa, tentando minimizar os efeitos de um sistema social injusto, é deficiente e

que, ações dirigidas a uma mudança social e preventiva, tornam-se cada vez mais necessárias (Lacerda & Guzzo, 2005).

Os programas de intervenções no sistema prisional são voltados apenas àqueles indivíduos que lá se encontram, não existindo programas de caráter sistêmico, buscando modificações institucionais e sociais, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento pessoal. Os programas acabam por adaptar e ajustar o indivíduo a uma instituição que consolida ainda mais a opressão e a exclusão social.

2. ABORDAGEM ECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO

Uma das questões frequentemente levantadas pelo próprio pai encarcerado é em relação ao ambiente prisional e se o fato de seu filho estar em contato direto com este ambiente poderá lhe acarretar algum dano psicológico futuramente.

O que representa o sistema prisional para a criança? A psicologia ainda não avançou nesta reflexão. Aparentemente, nos deixamos guiar por conhecimentos práticos sobre a problemática, sem questionarmos profundamente o que envolve este processo.

Assim, neste capítulo começo a pensar no filho que frequenta a prisão ou não possui nenhum contato, mas que de alguma maneira sofre os efeitos do encarceramento paterno. Portanto, considero a importância de se discutir o desenvolvimento humano e, para isso, fui buscar uma teoria que me alertou para a inter-relação entre os organismos e seus ambientes.

É impossível considerarmos o desenvolvimento humano sem pensarmos no contexto em que o indivíduo encontra-se inserido. Assim, este capítulo visa apresentar uma abordagem teórico-metodológica que discuta a relação do desenvolvimento com o contexto, conhecida como Abordagem Ecológica do Desenvolvimento, criada por Urie Bronfenbrenner.

Esse pesquisador nasceu em Moscou, em 29 de abril de 1917 e faleceu em 25 de setembro de 2005. Emigrou com os pais para os Estados Unidos ainda criança; o mundo de sua infância foi o contato

com a natureza em uma instituição para aqueles que na época eram chamados de “débeis mentais”, onde o pai era neuropatologista. Isso tudo o alertou para o funcionamento da natureza, apontando para a interdependência funcional entre os organismos vivos e seu ambiente. Estudou Música e Psicologia e algumas fortes experiências pessoais contribuíram para idéias sobre a ecologia do desenvolvimento humano.

Suas idéias iniciais encontram-se no livro intitulado *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*, traduzido e publicado no Brasil em 1996, sendo sua primeira edição de 1979. Porém, duas fases distintas são destacadas, a primeira que culmina com a publicação do livro citado, e a segunda, composta por uma série de trabalhos que acrescentam e questionam novos conceitos ao modelo original (Koller, 2004).

Vale dizer que a teoria ecológica do desenvolvimento ainda está em processo de construção, pois continua sendo aprimorada por diversos pesquisadores.

Bronfenbrenner (1979/1996) considera a compreensão de vários sistemas de influência, desde os mais distantes até os mais imediatos, concebendo que o desenvolvimento se dá em diversos contextos, sendo estes, muito mais do que simples ambientes e devido sua complexidade, são chamados de *sistemas*. Para ele, o ambiente ecológico é “concebido como uma série de estruturas encaixadas, uma dentro da outra, como um conjunto de bonecas russas” (p. 5).

Pretendo me apoiar na teoria de Urie Bronfenbrenner, pois este autor nos propõe pensar e discutir o desenvolvimento humano numa

perspectiva ecológica, ou seja, compreender as relações e interações entre os organismos e ambientes. Também o fato de ter privilegiado este enfoque neste estudo decorre tanto da importância que ele atribui às políticas públicas quanto pelo fato de ele dirigir grande atenção aos processos que ocorrem no ambiente.

Além disso, a abordagem ecológica propõe uma reorientação da visão entre ciência e política pública. A posição tradicional é a de que a política social deva basear-se no conhecimento científico, a linha de pensamento que a abordagem ecológica desenvolve é que nas pesquisas sobre o desenvolvimento humano, “a ciência básica precisa da política pública ainda mais do que a política pública precisa da ciência básica” (p. 9). Penso que a análise da política social e o conhecimento são primordiais para o progresso da pesquisa sobre o desenvolvimento humano, porque irão alertar o pesquisador para aspectos do ambiente, tanto os imediatos, quanto os mais remotos.

As políticas públicas têm o poder de afetar o bem-estar e o desenvolvimento do indivíduo, ao determinar suas condições de vida, e a preocupação com estas, por parte dos pesquisadores, é essencial para o avanço do estudo científico do desenvolvimento humano.

De acordo com Bronfenbrenner (1979/1996), o desenvolvimento é um conjunto de processos por meio dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida. Para ele, o desenvolvimento ocorre por meio de quatro dimensões interligadas – a

Pessoa, o Processo, o Contexto e o Tempo – PPCT (Narvaz & Koller, 2004).

A *Pessoa* é o indivíduo em si, com suas características biológicas, físicas e psicológicas, em interação com o ambiente, e este conjunto de características deve ser considerado quando se busca compreender o desenvolvimento.

O *Processo*, a forma como uma pessoa interpreta as suas experiências com o ambiente. Esta dimensão é fundamental para o entendimento do papel da interação – indivíduo e ambiente – no desenvolvimento.

O *Contexto* é a interação de quatro níveis ambientais ecológicos em que a pessoa está inserida e se desenvolve. Esta dimensão é dividida em microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema, os quais serão definidos posteriormente.

O *Tempo* corresponde ao momento social e histórico da sociedade e da pessoa. Esta dimensão aborda a importância de se considerar as transformações biológicas e sociais que ocorrem com o indivíduo durante o processo de desenvolvimento.

Esta perspectiva propõe uma mudança significativa no estudo do desenvolvimento humano, pois descarta a visão individualista utilizada para compreendê-lo e nos traz uma visão interacionista e contextualizada.

O modelo ecológico caracteriza-se por considerar não apenas o contexto, mas as múltiplas interações da pessoa com seu ambiente. Uma das contribuições propostas por este modelo está no fato de que

torna os pesquisadores capazes de “pensar ecologicamente”, isto é, que sua atenção seja voltada não somente para o indivíduo (no caso, a criança em desenvolvimento) e os ambientes imediatos nos quais ele se encontra, mas também para as interações deste indivíduo com os ambientes mais distantes, dos quais, muitas vezes, ele nem participa ou não tem o contato direto (Bronfenbrenner 1979/1996).

Um aspecto significativo desta concepção é que o importante para o desenvolvimento humano é o meio ambiente, no modo como é percebido e vivenciado pelo indivíduo, e não como ele existe objetivamente (Bronfenbrenner 1979/1996). Portanto, “os aspectos do meio ambiente mais importantes no curso de crescimento psicológico são de forma esmagadora, aqueles que têm significado para a pessoa numa dada situação” (p.9). Tais ambientes são descritos em termos de quatro tipos de sistemas que possuem uma relação de interconexão e interatuação entre si e todos estes sistemas são forças de influências no desenvolvimento da pessoa. São descritos como:

- **Microsistema:** compreende a pessoa em desenvolvimento e suas relações primárias, que ocorrem sem intermediação, como, por exemplo, nas relações em casa, na escola, na creche, etc, ou seja, relações diretas e estabelecidas face a face.
- **Mesosistema:** é formado por microsistemas que se inter-relacionam. Nele, a pessoa em desenvolvimento participa de um ou mais ambientes. É ampliado sempre que a pessoa passa a freqüentar um novo ambiente. Assim, a interação da criança, por exemplo, na instituição

prisional, é influenciada e influencia outros ambientes dos quais participa, como a família e a escola.

- **Exossistema:** estão incluídos o microsistema e o mesossistema. A pessoa em desenvolvimento não participa ativamente destes ambientes; no entanto, pode ser afetada. Como por exemplo: o mundo da vizinhança, o mundo da escola, do trabalho dos pais, das Instituições Sociais.
- **Macrossistema:** é formado por todos os outros níveis, influenciando e sendo influenciado por eles. Dele fazem parte, a Ideologia de uma sociedade, o sistema socioeconômico, a Cultura e as Políticas Públicas.

O desenvolvimento se constrói pela interação da criança com outras pessoas e outros ambientes, assim é impossível pensar no desenvolvimento de uma só pessoa separada de seu contexto social, pois no desenvolvimento estão envolvidos múltiplos protagonistas e todos participam deste processo, ativamente.

Para Bronfenbrenner (1979/1996), quando duas pessoas ou mais estabelecem uma relação, elas formam uma *Díade* que atinge diretamente o desenvolvimento das pessoas envolvidas.

A pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979/1996) é um ser dinâmico, que, aos poucos, insere-se no meio em que vive e o reorganiza. Esta interação se dá de forma recíproca, em que ambos (contexto e indivíduo) sofrem influência. Para este pesquisador, a posição da pessoa no contexto é alterada em resultado de uma mudança de papel e ambiente, ou ambos, chamada *Transições Ecológicas* – que ocorrem durante toda a vida.

Por isso, a importância de se analisar o desenvolvimento em várias dimensões, propostas pelo modelo ecológico e compreender o funcionamento das instituições de uma maneira “ecologicamente contextualizada”. A reflexão sobre a criança dar-se-á em um sistema, porém não serão desconsideradas as influências de outros sistemas.

Considero, portanto, a importância de pensar a criança no ambiente prisional, pois a detenção reconfigura todo o ambiente de desenvolvimento da criança, e também porque muito pouco se sabe sobre este ambiente como um contexto para avaliar o comportamento e o desenvolvimento.

A instituição prisional pode ser focada como Exossistema, consistindo em “um ou mais ambientes que não envolvem a pessoa em desenvolvimento como um participante ativo, onde ocorrem eventos que afetam ou são afetados por aquilo que acontece naquele ambiente” (Bronfenbrenner, 1979, p. 182).

A criança ou pessoa em desenvolvimento não é participante ativa, mas aí podem ocorrer eventos que a afetem, ou vice-versa, podem ser afetados por acontecimentos do ambiente imediato onde a criança se encontra.

Como em qualquer outra instituição, esta é cenário de atividades e por vezes o único meio de manutenção de vínculos, da formação de díades, de desempenho de papéis e interações entre pai/criança, criança/criança, criança/detentos, criança/funcionários, etc. Por lá ela estabelece uma série de inter-relações e se torna participante ativa, quando em contato direto e constante. Além disso, pode-se pensar que

as experiências vividas na instituição podem influenciar a trajetória de vida dessas crianças, de maneira a inibir ou incentivar seu desenvolvimento psicológico saudável.

Afinal, o contato com a instituição prisional representa para a criança risco ao seu desenvolvimento psicológico? Na busca pela literatura de pesquisa desta questão, não consegui identificar uma investigação que lidasse diretamente com a questão do ambiente prisional e a criança.

Embora Bronfenbrenner não tenha investigado diretamente esta questão, gostaria de refletir na relação entre a criança, a instituição prisional e o pai, a fim de sistematizar e aprofundar num futuro estudo, essa perspectiva, contribuindo assim para um avanço na produção de conhecimento.

A abordagem ecológica discute e avalia as fontes de risco social e cultural nos diferentes ambientes, ajudando a compreender a maneira como a própria criança integra e percebe suas experiências nos diferentes sistemas, modificando-os e, ao mesmo tempo, sendo transformadas por eles (Bronfenbrenner, 1979/1996). Nessa perspectiva, não é apenas o contato com a instituição prisional que pode atingir seu desenvolvimento, mas também a ausência de interações com o pai que a queira bem e que lhe confere necessidades emocionais.

De acordo com Yunes, Miranda e Cuello (2004) as carências de relacionamentos nos sistemas de influências podem significar uma deficiência para o desenvolvimento humano.

Para Koller & De Antoni (2004) o desenvolvimento pode ser comparado ao crescimento de uma planta. Metaforicamente, a pessoa

em desenvolvimento é “como uma sementinha que, lançada à terra, pode se transformar numa planta saudável. No entanto, necessita de cuidados para crescer, pois é um ser biológico que vive em um ambiente ecológico complexo. Uma semente lançada a uma terra fértil, cuidada por jardineiros caprichosos, com provisão de nutrientes, iluminação e atenção será uma planta viçosa e forte. A semente lançada na terra árida, sem cuidados de um jardineiro, possivelmente, estará tão vulnerável que não crescerá.” (pp.300-301). No entanto, a abordagem ecológica do desenvolvimento, também entende que mesmo sendo “tal semente” lançada em uma “terra árida”, se ela obtiver cuidados, terá aumentado sua chance de se desenvolver.

Refletindo sobre alguns aspectos que atingem a família, com o encarceramento de um membro, podemos citar a ausência da figura paterna revelando um custo não só emocional, mas também tendo suas condições materiais de vida diretamente atingidas. Neste sentido, o papel da unidade familiar como provedora fica comprometida.

A instituição prisional não reserva nenhum espaço adequado para a criança que visita o pai preso. Os encontros são realizados em meio aos pavilhões, juntamente com os adultos, em celas ou nos pátios.

O ingresso e a permanência de crianças e adolescentes no ambiente prisional, só serão permitidos na presença dos pais ou responsáveis, e se desacompanhadas desses pais, somente serão permitidas com a autorização da Vara da Infância e Juventude do domicílio dos pais ou responsáveis (Elias, 1994).

Em termos gerais, pensando o contexto prisional como um ambiente de que a criança participa e onde estabelece relações e a manutenção de seu vínculo, faz-se necessário conhecer os demais contextos em que está inserida e compreender as mútuas relações estabelecidas nesses contextos, com a intenção de promover condições mais favoráveis para seu desenvolvimento saudável.

3. A FAMÍLIA E O SISTEMA PENITENCIÁRIO

O modelo teórico-metodológico proposto por Bronfenbrenner, o qual envolve em sua análise quatro núcleos inter-relacionados dinamicamente - a Pessoa, o Processo, o Contexto e o Tempo, denominado - PPCT, possibilita-nos conhecer a interação destes núcleos e aspectos que envolvem o funcionamento familiar (de Antoni, 2005).

Detendo-nos no núcleo *Pessoa*, podemos analisar o grupo familiar em desenvolvimento através de suas características biológicas, psicológicas e sociais. Segundo de Antoni (2005) a família é uma unidade relacional, sendo que a interação “entre seus membros produz sinergia, isto é, o resultado desta interação é maior e mais complexa do que o somatório das partes que o compõe. Portanto, a família deve ser compreendida analisando os diversos fatores intra e extrafamiliares existentes e que são dinamicamente influenciados uns pelos outros. Isto é, a pessoa ou a família é constantemente influenciada e influencia o ambiente, de acordo com as suas características pessoais e propriedades do ambiente no qual participa” (p. 22).

Por isso, a importância de se conhecer e estudar as pessoas que compõem uma família e as características de certo grupo familiar especificamente, a fim de se compreender sua interação.

O núcleo *Contexto* é visto como o meio ambiente ecológico onde ocorrem os Processos por meio da interação entre quatro níveis

conhecidos: Microssistema, Mesossistema, Exossistema e Macrossistema (Narvaz & Koller, 2004).

Podemos pensar na família como o primeiro microssistema no qual a pessoa em desenvolvimento interage. O mesossistema como o conjunto de microssistemas de determinada família (ou pessoa), entre os quais estão a escola, o local de trabalho e as instituições, podendo-se pensar na Instituição Prisional, freqüentada pela família.

O exossistema como um ou mais ambientes no qual a pessoa não esteja ativamente presente ou inserida, mas que a dinâmica pode influenciar como as decisões ou políticas institucionais.

Na visão ecológica, podemos pensar que a família é uma unidade, mas também um sistema social. E, como um sistema social, ela reflete modelos existentes no macrossistema, sobretudo com relação aos valores ou ideologia da cultura em que está inserida (Bronfenbrenner, 1979/1996). As políticas públicas ou decisões (políticas) podem influenciar todos os outros sistemas. Por isso, a importância de se analisar a família também a partir de outros aspectos: econômicos, sociais e políticos.

A família está entre as instituições sociais básicas, sendo apontada como elemento importante não apenas à sobrevivência dos indivíduos, mas também à proteção e à socialização de seus componentes. Por meio da família ocorre a transmissão da cultura, do capital econômico, da propriedade e da solidariedade entre as gerações (Carvalho & Almeida, 2003).

O impacto das transformações sociais e econômicas no país traz novas configurações ao papel familiar, pois uma das funções da família na sociedade capitalista é a manutenção da sobrevivência material. A família é um elemento central na inserção social de seus membros, mobilizando em seu seio, alternativas para superar certas adversidades, tais como situações de desemprego, suprimindo muitas vezes a rede de proteção social, desmantelada no estado neoliberal.

Podemos observar que, à medida que o Estado restringe sua participação na solução de determinadas questões e apoio a determinados segmentos sociais, como por exemplo, pessoas portadoras de transtornos mentais crônicos, portadores de deficiências, crianças, adolescentes, etc, a família tem sido a única fonte a preencher esta grande lacuna, sem receber do poder público condições e assistência para isso (Gueiros, 2002).

O programa neoliberal não conhece o conceito de justiça social e favorece a desintegração familiar, conforme nos aponta Comblin (1999): “Até a família fica desestruturada. Desintegra-se numa coleção de consumidores: há o consumo dos homens, o consumo das mulheres, o consumo das crianças. A família transforma-se numa justaposição de indivíduos que já não sabem se comunicar” (p. 22).

Na prática cotidiana do profissional que lida diretamente com certos segmentos sociais fragilizados pela falta de acesso a condições dignas de vida, nos deparamos frequentemente com situações que imediatamente nos levam a pensar nos recursos disponibilizados pelas

políticas sociais em prol da proteção social da população em situações de vulnerabilidade, mais especificamente a família do presidiário.

A vulnerabilidade implica agentes estressores psicossociais ou biológicos presentes na vida do indivíduo e um dos fatores que podem torná-lo vulnerável é a desagregação familiar (Sapienza & Pedromônico, 2005).

A pena privativa de liberdade não atinge apenas o preso, mas também, a sua família, que na maioria das vezes encontra-se carente de recursos para sobreviver. Sendo o homem preso, a mulher deve assumir não somente o papel de chefe familiar e a criação dos filhos, mas as despesas necessárias à manutenção do lar. Assim, uma família pobre que tinha na figura do preso o principal provedor, acentua todo um processo de desestruturação e fragmentação com a prisão. A sobrecarga emocional e de trabalho e privações materiais são alguns elementos que muitas vezes acompanham a condição familiar do preso (Burity e Vainsencher, 2005).

O Estado ainda não tem estruturados os dados oficiais da renda familiar dos presos, estão sendo colhidos através da entrevista de inclusão, mas ainda não foram sistematizados esses dados; sendo assim, na experiência do trabalho cotidiano observamos que a renda é de um salário mínimo, na grande maioria.

De acordo com a Lei de Execução Penal (Mirabete, 2000), Seção II, artigo 41 o preso tem direito “à visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados”. Embora privado de sua

liberdade, o preso preserva o direito de manter contato com seus familiares, amigos e com o mundo externo.

As visitas ao preso caracterizam-se sob duas modalidades: as visitas comuns de direito e as visitas conjugais, chamadas de visitas íntimas, como regalia.

Pela proposta da pesquisa, comentarei apenas sobre o direito às visitas comuns. O preso poderá receber visitas do cônjuge, da companheira, de parentes de primeiro grau, em dias determinados, desde que registradas no rol de visitantes da unidade e devidamente pela área de segurança e disciplina.

Serão limitadas até três visitantes maiores que doze anos de idade por dia de visita. Essa regra não é aplicada em visitantes com idade inferior a doze anos. O pai preso pode assim receber a visita de todos os filhos, mesmo que estes ultrapassem o número de três.

O registro dos visitantes na penitenciária deve conter o nome, número da carteira de identidade, endereço e grau de parentesco ou relação com o preso, sendo exigidas duas fotos 3x4 para maiores de sete anos de idade.

Todo visitante deverá portar documento com fotografia, expedido pela unidade prisional, que será apresentado quando do ingresso na unidade, juntamente com documento oficial que prove sua identidade. E a entrada de menores obedecerá os seguintes critérios:

- se comprovado o vínculo de parentesco, o menor de dezoito anos deverá ser acompanhado pelo responsável legal e, na falta deste, por

aquele que for designado para sua guarda e responsabilidade, determinado pela autoridade judicial;

- a critério da diretoria de segurança e disciplina da unidade prisional, poderá ser suspenso, por prazo determinado, ou cancelado o registro do visitante que pela sua conduta possa prejudicar a disciplina e a segurança da unidade;

- a diretoria de segurança e disciplina reserva o direito de exigir a identificação do visitante ou do preso, bem como seus antecedentes criminais;

- as visitas comuns poderão ser realizadas, preferencialmente, aos sábados ou domingos em período não superior a oito horas diárias. E havendo risco iminente à segurança e disciplina, a visitação poderá ser excepcionalmente suspensa ou reduzida, a critério do diretor da unidade prisional;

- o visitante será revistado por funcionário do mesmo sexo e quando menor de idade, a revista realizar-se-á na presença dos pais ou responsáveis;

- As visitas comuns serão realizadas em local próprio, ou seja, o pavilhão onde se encontra o preso, em condições dignas e que possibilitem a vigilância pelo corpo de segurança.

No Estado de São Paulo, os estabelecimentos destinados ao cumprimento de penas privativas de liberdades estão subordinados à Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), sendo o órgão de aplicação da Lei de Execução Penal, visando a ressocialização do preso. Esta secretaria administra 144 unidades prisionais em todo o

Estado, contando com um contingente de 129.885 pessoas (em 03/11/2006).

Suas atribuições são *:

- execução da política estadual de assuntos penitenciários;
- organização, administração, coordenação, inspeção e fiscalização dos Estabelecimentos que a integram;
- classificação dos condenados;
- acompanhamento e fiscalização do cumprimento de penas privativas de liberdade em regime de prisão albergue;
- formação profissional dos sentenciados e o oferecimento de trabalho remunerado;
- supervisão dos patronatos e a assistência aos egressos;
- emissão de pareceres sobre livramento condicional, indulto e comutação de penas;
- realização de pesquisas criminológicas;
- assistência às famílias dos sentenciados.

Sobre a questão da visita, a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) dispõe por meio da resolução específica nº 58/2003 (Diário Oficial, 2003) a normatização e padronização sobre as condutas das Unidades Prisionais do Estado.

O sistema penitenciário assegura às esposas e amásias o contato íntimo; aos filhos e demais familiares, o direito de visitar o familiar preso; porém não lhes garantem a total privacidade, sendo os contatos realizados nos próprios pavilhões e celas.

* disponível em on line em: www.admpenitenciaria.sp.gov.br

A visita é uma das formas mais regulares de contato entre a família e o sistema penitenciário. Ocorrem geralmente aos finais de semana e são abertas aos familiares de primeiro e segundo graus. A prática das visitas tem sido utilizada pelo Sistema Penitenciário, tendo em vista certos fatores como: o preso poder ter um relacionamento íntimo com uma parceira e a contribuição das visitas dos familiares para a redução de tensões no cotidiano da prisão.

Se por um lado as visitas reduzem as tensões na prisão, por outro, podemos observar pela prática profissional, nem sempre elas acalmam o preso. Pois, muitas delas trazem até ele, a realidade familiar: dificuldades econômicas, problemas na educação dos filhos, na escola, com relação à saúde, enfim, também contribui para aumentar a ansiedade desses pais.

É comum, nos dias de visita, ver pessoas que não são familiares dos presos e que estão ali por um outro motivo particular, ligado à satisfação das necessidades sexuais. Porém esta não é a regra. Quem visita o preso é a família, e é dessa forma que diretamente o contato com o sistema se dá. As visitas têm, regularmente, de enfrentar filas, por vezes chegam à penitenciária na noite anterior e pernoitam ao relento.

O respeito em relação aos visitantes é exigido pelos próprios presos, esta norma tem de ser seguida rigidamente, pois senão poderão ocorrer severas retaliações. Por exemplo: o preso não pode dirigir o olhar para a visita do outro; se estes se encontrarem frente a frente, coloca-se a mão para trás e abaixa-se a cabeça. Os que não recebem

visitas precisam circular, na linguagem da prisão “pedalar”, o tempo todo no pavilhão.

Devido à superlotação, aqueles que não recebem visitas, cedem as celas para os que recebem. Às sextas-feiras, geralmente, os presos passam com um “caderninho” para ver quem não tem visitas a receber e quem vai ceder a cela por um período ou por algumas horas.

Em sua estrutura a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) tem como órgão vinculado ao Departamento de Reintegração Social que conforme a legislação vigente (decreto, nº. 48.905) tem como atribuições a criação e execução de políticas voltadas para o preso que cumpre pena e ainda prevê suporte ao familiar oferecendo assistência direta através de benefícios tais como encaminhamento a rede social para diversos fins: obtenção de gêneros de primeira necessidade, intercâmbio para cursos profissionalizantes e outros de acordo com a necessidade diagnosticada (Diário Oficial, 30 de agosto de 2004).

Por meio das observações nos dias de visita pude acompanhar certas ações e procedimentos da revista. Alguns pais revelaram certos constrangimentos e optaram por não receber visitas. Este trecho do diário de campo revela como se dá os procedimentos para a visita:

As visitas ocorrem aos sábados e domingos, porém, desde a tarde de sexta-feira já observamos visitantes próximos à sub-portaria, inclusive, com crianças.

Pela manhã (sábado e domingo) são entregues senhas aos visitantes e os mesmos entram em grupos na sub-portaria, onde apresentam a carteirinha de visitante e o RG. Em caso de 1ª. visita

apresenta-se apenas este último. O funcionário localiza a ficha do reeducando para conferir se aquela pessoa que ali está faz parte de seu rol de visitas. Conferidos os documentos, a mesma recebe um carimbo no braço, o qual sinaliza o pavilhão que ela irá visitar. Se desejar poderá deixar seus pertences pessoais depositados (guardados) ali. Se a visita desejar também deixar “alguma coisa” ex. remédio, cobertor, TV, cola, etc para o sentenciado, poderá depositar também neste momento. E no decorrer da semana o reeducando irá retirar no setor de inclusão.

Em seguida a visita se dirige até a Portaria (anda cerca de uns 200 metros) e em geral os visitantes sempre estão carregando sacolas bem pesadas, com gêneros alimentícios. Aguardam na fila até o funcionário abrir uma “portinha” para receber as sacolas de um grupo e lhes entregam uma senha (ficha). Então, elas passam por uma nova fila. Neste momento, é que as visitas realmente entram na penitenciária (portaria). Passam pelo detector de metais, onde há todo um ritual, passam devagar, dão uma volta e saem. Caminham para um fila seguinte (fica bem próxima), ou seja, a fila da revista. As mulheres, meninas e bebês vão para os guichês individualmente, com uma funcionária (Agente de Segurança Penitenciária feminina). Primeiro a mãe ou acompanhante tira a roupa da criança ou do bebê e a agente revista as roupas. Trocam-se as fraldas e a mãe veste a criança ou o bebê. Em seguida ela tira a roupa e a funcionária revista suas roupas. A mulher deve soltar os cabelos (quando compridos) e abaixar-se sem a roupa, três vezes de frente, virando de costas também. Passando esta etapa ela irá com a senha retirar suas sacolas. Ressalta-se que estas

sacolas foram revistadas pelos agentes, inclusive, passando pela máquina de raio-x. Passará novamente, por outro detector de metal e descerá para dentro da unidade, ou seja, deixa o prédio da portaria e da administração I para se dirigirem ao portão da muralha (na revisora). Neste local forma-se um novo grupo para o portão abrir e elas entrarem para o prédio da administração II. Neste local, os agentes recolhem a carteirinha conforme o pavilhão que a visita irá. O visitante poderá deixar a unidade prisional no momento que assim desejar. O término da visita ocorre às 16h. Muitas deixam o pavilhão por volta das 15h. Ao passarem pela administração II, retiram a carteirinha e percorrem o caminho da entrada (Diário de campo).

Além dos procedimentos a que são submetidos os filhos e que fazem com que esses pais optem por não manterem contato através das visitas, existe a preocupação dos demais familiares com o impacto que essa prisão está exercendo na vida deste filho. Num dia normal de trabalho, atendendo a uma ligação da esposa de um preso, esta me pede para transmitir um recado a ele, dizendo que a família não poderá visitá-lo, pois estão muito preocupados com a filha, uma menina, de 9 anos de idade. Segundo esta mãe informa a menina, após a prisão do pai, começou a apresentar diversos problemas na escola e em casa, utilizando mecanismos de defesa, assumindo “outra personalidade, inventando histórias sobre a ausência do pai” e em sua ida à prisão para visitá-lo não queria ir embora, apresentou fortes crises de choro e agressão aos que a rodeavam.

Posso notar que a ruptura desse vínculo é por demais dolorosa, que a família se vê impotente, sem saber o quê e como fazer. A primeira atitude é pensar levar esses filhos a um psicólogo, mas também se queixam da demora e da ineficiência do atendimento. Muitas vezes esse profissional também não sabe como lidar com esta problemática, pois a ciência psicológica carece de estudos neste campo. Ressalto que esta análise que apresento é fruto de uma percepção pessoal, resultante da atenção aos fatos.

Penso que conhecer a família da qual esse pai presidiário faz parte e para a qual muitas vezes dirigimos nossas ações profissionais é muito importante, bem como conhecer o papel que a ela está sendo destinado. Há a mobilização de ações que visem à implementação de políticas públicas que assegurem proteção social e familiar de pessoas que se encontram nessas condições? Porém o mais importante é que o indivíduo e sua família tenham condições para prover sua autonomia, que sejam respeitados em seus direitos civis e sociais, como o acesso à saúde, educação, trabalho e justiça.

OBJETIVOS

A pena privativa de liberdade não atinge somente o pai encarcerado, mas a família, os filhos e a sociedade, contribuindo para gerar outras problemáticas. Diante do que foi exposto até aqui, esta pesquisa teve os objetivos descritos abaixo:

OBJETIVO GERAL:

Contribuir para a compreensão da relação entre pais presidiários e seus filhos, dentro do ambiente prisional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- 1) descrever a dinâmica de um contexto prisional, focalizando a interação entre a criança em desenvolvimento, a figura paterna e a prisão;
- 2) observar a dinâmica da relação da criança com os pais em diferentes etapas da prisão paterna: a detenção, a manutenção dos vínculos e o contato com a instituição por meio de situações de visita;
- 3) explorar a percepção que os pais têm de sua condição de presidiários e a relação com seus filhos.

II. MÉTODO

O presente capítulo descreve o percurso metodológico utilizado para a obtenção dos dados. De início serão feitas as considerações acerca da metodologia empregada, seguida pela caracterização do contexto institucional da pesquisa, dos participantes, do material de coleta dos dados e do procedimento empregado, juntamente com as questões éticas para a realização de pesquisa envolvendo seres humanos.

1. Considerações Metodológicas

Elegeu-se a metodologia qualitativa para esta pesquisa tendo em vista que ela nos permite abordar a realidade de uma forma conjuntural, abarcando neste processo as dimensões do social, do contexto sócio-cultural e da subjetividade.

A metodologia qualitativa é orientada à análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos sociais (Flick, 2004).

Segundo Minayo (1994), uma investigação qualitativa, preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado ou mensurado, pois trabalha com objetos de pesquisa que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

Esta pesquisa qualitativa baseia-se no caráter etnográfico, a qual compreenderá o estudo, pela observação direta, propondo-se à descrição e à interpretação do fenômeno a ser estudado (Martinez, 2002).

Etimologicamente, o termo etnografia significa a descrição do estilo de vida de um grupo de pessoas habituadas a viver juntas. Portanto, para o pesquisador que se propõe a tal estudo, sua unidade de análise poderá ser uma nação, uma determinada comunidade ou qualquer grupo humano que constitua uma entidade cujas relações estão reguladas por um costume ou por certos direitos ou obrigações recíprocas (Martinez, 2002).

Assim, uma instituição como a prisão é uma unidade social que pode ser estudada etnograficamente. Este grupo social compartilha ou se guia por formas de vida e situações que são semelhantes.

Neste tipo de investigação qualitativa o pesquisador participa da vida cotidiana dos participantes por um período prolongado de tempo, observando o que acontece, escutando o que é dito por elas e fazendo perguntas; coleta quaisquer dados que estejam disponíveis, iluminando as questões a serem investigadas (Flick, 2004).

A pesquisa do tipo etnográfica exige um trabalho de campo, o que pressupõe uma proximidade com as pessoas e situações. O pesquisador vai descrever tudo o que envolve o espaço prisional: espaço físico, pessoas, projetos e outros aspectos que fizerem parte deste cenário.

O problema desta pesquisa consiste, portanto, na compreensão da relação entre pais presidiários e seus filhos dentro do ambiente prisional e em como este fenômeno é percebido por esses pais.

2. Caracterização do contexto institucional do estudo

O local utilizado como fonte de pesquisa foi uma Penitenciária localizada no interior do estado de São Paulo. O estabelecimento destina-se aos condenados à pena de reclusão e detenção, em cumprimento de pena em regime fechado e regime semi-aberto, por causa dos mais diversos tipos de delitos.

De acordo com a Lei de Execução Penal nº 7.210/84 (Mirabete, 2000) a Penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão em regime fechado. O condenado à pena de detenção, em Colônia Agrícola, Industrial ou similar cumpre a pena em regime semi-aberto. O regime aberto é separado dos demais estabelecimentos penitenciários e caracterizado pela ausência de obstáculos físicos contra a fuga.

A LEP nº 7.210/84 (Mirabete, 2000) estabelece três regimes para o cumprimento das penas privativas de liberdade: regime fechado, regime semi-aberto e regime aberto.

A instituição foi inaugurada em 18/08/1998, recebendo presos do antigo complexo penitenciário Carandiru, preponderantemente. Tem a capacidade para receber 852 presos que cumprem pena em regime fechado e uma Ala de Progressão ao Regime Semi-aberto com a capacidade para 108 presos. O número total de funcionários é de 330, sendo 15 agentes de segurança feminino, 202 agentes de segurança masculino, 5 assistentes sociais e 6 psicólogos.

A penitenciária até o dia 18/10/2006 contabilizava um total de 1.724 presos, sendo 136 presos na Ala de Progressão ao Regime semi-aberto.

Nos pavilhões A: 468 presos, B: 489 e C: 498; pavilhão disciplinar: 13; hospitalar: 14; Regime de Observação (R.O): 34 e Inclusão: 18 presos, trânsito: 54 presos (aguardando regularização na unidade), provisórios: 15.

A Ala de Progressão ao Regime semi-aberto é um pavilhão dentro da unidade onde os presos que se encontram beneficiados com a progressão de regime aguardam transferência e vaga em Presídio para cumprimento de sua pena em regime semi-aberto. Eles podem trabalhar na área externa e na prestação de serviços à comunidade. O Presídio é o estabelecimento penal destinado aos condenados à pena de detenção, que podem, portanto, dedicarem-se ao trabalho externo e retornarem ao estabelecimento no final da tarde.

A diretoria de Segurança e Disciplina administra as visitas dos presos, ficando responsável também pelas revistas na visitação. Em registro do setor que cuida da visitação, chamado "rol de visitas" e fornecido por esta diretoria, consta em Ata do dia 14/10/2006 o total de 444 visitas para 277 sentenciados do regime fechado, sendo 10 homens, 355 mulheres e 79 menores de idade. No regime semi-aberto foram 29 visitantes para 26 sentenciados, sendo 25 mulheres, 3 menores e 1 homem.

No dia 15/10/2006 totalizaram 451 visitas para 317 sentenciados do regime fechado, sendo 8 homens, 280 mulheres e 66 menores de idade, no regime fechado. No regime semi-aberto totalizaram 37 visitas, sendo 16 mulheres e 8 menores para 26 sentenciados.

A quantidade de presos em programa de Trabalho, segundo informações da Diretoria do Centro de Trabalho e Educação é de 631 presos em atividades de trabalho e 209 em atividades educacionais (muitos deles desenvolvendo essas atividades concomitantemente), os demais permanecendo nos pavilhões, sendo liberados apenas para o banho de sol diário e recreação e novamente recolhidos às celas.

Pode-se reivindicar o trabalho somente após três meses de cumprimento de pena na unidade, pois o regulamento interno estabelece que o preso tenha de passar por um período de observação.

Os trabalhos são oferecidos na área interna, em pavilhões onde são abrigadas empresas, e na área externa da Penitenciária; para os presos que se encontram beneficiados com a progressão de regime, a limpeza da parte administrativa e também a prestação de serviços à Prefeitura, desenvolvendo trabalhos tais como: limpeza de ruas, de praças, etc.

Há 2 oficinas (fabricação de cadeiras de Junco e mecânica de peças de bicicletas) e 9 fábricas de bolas. No setor de educação há 8 salas de aula onde são oferecidos o ensino fundamental, ensino médio e alguns cursos profissionalizantes. Até outubro de 2006 os cursos oferecidos eram: curso de Biojóia, oferecido pelo Instituto Sotaco em parceria com a FUNAP (Fundação de Amparo ao Preso), e o curso de Congelamento e Preparação de Alimentos, oferecido pelo Centro de Educação Paula Souza, também em parceria com a FUNAP (Fundação de Amparo ao Preso); cada um oferecendo em torno de 20 a 25 vagas.

3. Participantes

Segundo Flick (2004), os participantes são aquelas pessoas que serão observadas ou entrevistadas. No caso da pesquisa realizar-se em instituições, também se refere àqueles que devem autorizar ou facilitar o acesso à busca de informações para o estudo.

Os participantes da presente pesquisa foram seis presidiários que cumprem pena em regime fechado, e um em regime semi-aberto e são pais. A seleção não obedeceu a nenhum critério de idade, escolaridade ou os delitos cometidos por estes pais, apenas considerou-se o cumprimento de pena em regime fechado e semi-aberto. Foram escolhidos aleatoriamente, a partir das entrevistas e atendimentos feitos na prática cotidiana. Os presos eram identificados nos atendimentos e convidados à participação, após os esclarecimentos e descrição dos objetivos do estudo.

A fim de uma melhor visualização foi feita uma tabela a seguir:

	Número de filhos/Idade	Escolaridade	Artigo	Tempo de Pena/ tempo cumprido	Regime de Pena
P 1	2/9 meses	Ensino incompleto médio	Tráfico de drogas - 12	3 anos/ 1ano e 6 meses	Fechado
P 2	4/12a, 11a, 6a, 4a	Ensino Fundamental completo	Assalto-157	12 anos/ 8anos e 8 meses	Fechado
P 3	2/ 15a, 12a	Ensino fundamental incompleto	Homicídio -121	14 anos/ 5 meses	Fechado
P 4	1/15a	Ensino completo	Seqüestro- 159	10 anos/ 6 anos e 6 meses	Fechado
P 5	2 12a, 8a	Ensino fundamental incompleto	Latrocínio+ Furtos- 155	23 anos e 4 meses/ 4 anos em regime semi-aberto	Fechado
P 6	2/ 11a, 8a	Ensino incompleto médio	157 (assaltos)	10 anos/6anos e 8 meses	Semi-aberto
P 7	3/ 10a, 8a, 7a	Ensino Fundamental Incompleto	157 (assalto)	31 anos/ 9 anos	Regime Fechado

Quadro 1. Dados dos participantes.

Para continuar a apresentação dos participantes do presente estudo será feito um breve relato sobre cada um:

- Participante 1: trata-se de um rapaz de 22 anos, bastante comunicativo. Nos aspectos familiares explorados, ele declarou ser pai e ter um casal de gêmeos de 9 meses. A renda familiar é de um salário mínimo. Os pais dele mantêm seus filhos, pois a esposa não trabalha. Esta é sua primeira prisão e quando ocorreu encontrava-se desempregado. Parecia ainda assustado e bastante impactado com a prisão. Nesta unidade, recebeu visita dos filhos apenas uma vez.
- Participante 2: tem 34 anos e sobre sua história de vida contou que sempre viveu na roça com os pais, sempre trabalhou em atividades no campo e se envolveu na criminalidade após a maioridade. A renda familiar é de um salário mínimo. A idade dos filhos: 12 anos, 11 anos, 6 anos e 4 anos. Recebe visitas esporádicas dos filhos, quando a situação financeira permite.
- Participante 3: 40 anos, é proveniente do estado Minas Gerais, migrou para o estado de São Paulo aos 20 anos de idade para trabalhar no corte da cana. Disse ter trabalho com registro em carteira, em empresa terceirizada. Sobre a infância revela que perdeu o pai aos 7 anos de idade e que vinha de uma família de lavradores. Alcoolista, parou de beber há mais de 15 anos. A renda familiar é de dois salários mínimos e meio. Tem duas filhas, uma de 15 anos e outra de 12 anos. Optou por não receber visitas das filhas.
- Participante 4: 37 anos, começou a trabalhar com onze anos de idade, tendo experiência profissional em serviços gerais. A renda familiar não

ultrapassa dois salários mínimos. Tem um filho de 15 anos. Recebe visitas esporádicas do filho, quando a situação financeira permite ou algum familiar o traz.

- Participante 5: 39 anos, diz ter abandonado os estudos por necessidade de trabalhar e ajudar no orçamento familiar. A renda da família é de meio salário mínimo, diz ter passado por inúmeras dificuldades na vida, porém sempre trabalhou. O primeiro delito foi cometido na maioridade. Tem um filho de 12 anos e uma filha de 8 anos. Optou por não receber visitas dos filhos.
- Participante 6: 33 anos, começou a trabalhar ainda aos 15 anos e teve experiência profissional como vendedor. O primeiro delito ocorreu na maioridade. A renda familiar é de dois salários mínimos. Perdeu um filho de 4 anos há onze meses, a criança faleceu, segundo informa, “numa queda, caiu e uma semana depois morreu” (sic). Tem dois filhos, um de 11 anos e outro de 8 anos. No momento não estava recebendo visitas.
- Participante 7: 34 anos, ocorrência do primeiro delito ainda na menoridade. Disse que viveu em favelas, passando por muitas dificuldades na infância. Abandonou os estudos para trabalhar, pois a família necessitava da ajuda financeira. A renda familiar é de um salário mínimo e meio. Tem três filhos, dois meninos, um de 10 e outro de 7 anos e uma menina de 8 anos. Recebeu visita apenas uma vez dos filhos, nesta unidade.

4. Material

Os materiais utilizados na coleta de dados desta pesquisa foram:

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo I) para participação em pesquisa.
- Gravador (permissão para gravar as entrevistas individuais que foram realizadas junto aos sentenciados da Unidade, em Anexo II);
- Roteiro de Entrevista semi-estruturada (Anexo III);
- Diário de campo: com informações, relatos e observações.

O *Termo de Consentimento* foi um instrumento utilizado, que visa esclarecer os objetivos da pesquisa e solicitar a permissão dos participantes. Todos os participantes antes do início da entrevista leram ou me pediram para que eu o lesse e assim assinaram-no.

A *Entrevista semi-estruturada* foi a estratégia dominante para a coleta de dados, associando-se ao registro de campo. Este processo da entrevista teve um caráter individual e foi conduzido a partir de um roteiro previamente elaborado. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes. Exceto uma entrevista não foi gravada, pois o participante não permitiu, mas foi transcrita em sua presença. No roteiro de entrevista foram exploradas as seguintes dimensões: Relação do Pai Presidiário e seu filho no ambiente prisional; suas Percepções e Sentimentos acerca de sua condição paterna; a Prisão e o impacto na relação com os filhos.

Segundo Flick (2004), a entrevista semi-estruturada consiste em uma combinação de perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, em

que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo entrevistador.

Cruz (1994) afirma que a entrevista é muito utilizada no trabalho de campo, pois, através dela, o pesquisador busca conseguir informações contidas nas falas dos atores sociais, com propósitos bem definidos.

As entrevistas que são realizadas no cotidiano da prática profissional são sistematizadas e obedecem aos seguintes critérios: entrevista de inclusão, estas ocorrem no momento em que o preso chega à unidade para o cumprimento de sua pena e são exploradas questões sobre sua vida institucional e familiar. E a entrevista de inclusão para o portal da Administração Penitenciária, na qual são colhidas informações sobre a história atual e pregressa do preso. Esta entrevista segue um roteiro pré estabelecido pela Secretaria da Administração Penitenciária, e o técnico, após realizá-la, lança os dados colhidos num sistema reservado, tendo acesso a esses dados somente os técnicos, a diretoria e o secretário da administração penitenciária.

A equipe técnica (psicólogo e assistente social) da unidade realiza diariamente entrevistas com os sentenciados, atendendo em média 25 sentenciados. As entrevistas são individuais, ocorrem em uma sala reservada ao atendimento técnico da unidade prisional e duram aproximadamente 40 minutos.

Para a presente pesquisa foram consideradas as entrevistas e as observações. As entrevistas foram com 7 pais presidiários, sendo o local de sua realização, uma sala de atendimento reservada aos técnicos. As observações deram-se da seguinte forma: a frequência cotidiana ao

local do estudo, exigência da prática profissional, observação da rotina vivenciada neste espaço, conversas informais com os funcionários e a produção de um diário de campo com observações detalhadas sobre o universo pesquisado. Quanto à rotina de visitas dos filhos, foi observada diretamente a presença de crianças no espaço prisional, desde a presença delas na portaria, a revista, a saída, e a relação criança/pai, com registro em diário de campo, durante dois finais de semana.

O registro de notas em diário de campo foi um instrumento complementar que possibilitou a reflexão da prática e ajudou a identificar várias necessidades do cotidiano institucional.

Tais registros de notas em diários de campo foram realizados durante todo o período da pesquisa, inclusive relatos de acontecimentos, envolvendo rebeliões, tentativas de fugas. Eu registrava as anotações em papéis ou em um caderno pequeno, o qual sempre me acompanhou no trabalho e, depois, digitava o que ali fora anotado.

5. Procedimentos

Na pesquisa em instituições, o pesquisador deve formalizar sua solicitação para ir a campo (Flick, 2004). Portanto, por meio de uma reunião com o diretor geral da unidade, de reintegração social e de segurança e disciplina esclareci sobre os objetivos dessa pesquisa e todos concordaram que eu pudesse realizá-la naquele local. Posteriormente foi encaminhado um documento solicitando autorização

para gravação das entrevistas, bem como assinada Carta de Consentimento para realização do estudo naquele local.

Antes da realização das entrevistas, todos os participantes receberam o Termo de Consentimento para a participação na pesquisa, sendo que uma cópia foi entregue à diretoria da unidade.

Foram realizadas sete entrevistas, uma com cada participante, e a média de duração foi de 20 a 30 minutos. As entrevistas foram liberadas somente após às 10:00h, tendo o preso e o agente que respeitar o horário de almoço, que é ocorre às 10:30h.

Por ser esta pesquisa realizada com seres humanos, foi submetida e seguiu as orientações do Comitê de Ética da Universidade e as determinações do Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005) que estabelece entre seus princípios fundamentais o respeito à dignidade e integridade que o psicólogo deve preservar para com o ser humano.

Seguindo tais princípios, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Código de Ética do Psicólogo determinam que na realização de estudos e pesquisas devem-se avaliar os riscos envolvidos, tanto nos procedimentos quanto na divulgação dos resultados e ainda garantir e proteger as pessoas ou as comunidades envolvidas. Portanto, as informações coletadas foram submetidas ao consentimento dos participantes e lhes garantido o acesso aos resultados e informações coletadas.

Dessa forma, foram entregues ao Comitê de ética da universidade, um protocolo nº 183/06 com a justificativa da pesquisa, os objetivos da

pesquisa, os procedimentos adotados e o termo de consentimento, garantindo a participação voluntária dos indivíduos.

Aos funcionários que se dispuseram a colaborar com a pesquisa foram explicados os objetivos da mesma, e esclarecido que sua contribuição tinha como finalidade caracterizar e descrever a dinâmica da instituição prisional no que tange os pais presidiários.

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando-se que os objetivos específicos da pesquisa são descrever a dinâmica de um contexto prisional, focalizando a interação entre a criança em desenvolvimento, a figura paterna e a prisão; observar a dinâmica da relação da criança com os pais em diferentes etapas da prisão paterna: a detenção, a manutenção dos vínculos e o contato com a instituição por meio de situações de visita; explorar a percepção que os pais têm de sua condição de presidiários e a relação com seus filhos - este capítulo está estruturado em duas partes.

Num primeiro momento são discutidas as respostas coletadas na entrevista com os pais presidiários e num segundo momento, os dados retirados dos diários de campo sobre a manutenção dos vínculos desses pais e o contato desses familiares com a instituição prisional.

As questões foram livremente respondidas pelos entrevistados. O entrevistador decidiu, durante a entrevista, quando e em que seqüência faria as perguntas.

Isso porque uma entrevista semi-estruturada permite algumas decisões que somente podem ser tomadas na própria situação de entrevista, exigindo certo grau de sensibilidade do entrevistador para o progresso concreto da entrevista e do entrevistado (Flick, 2004).

Assim, vale ressaltar que durante a entrevista os participantes trouxeram dados referentes às suas vidas, às suas relações na unidade prisional, com presos ou com outros funcionários.

As entrevistas foram realizadas durante um período de grave crise no sistema penitenciário e cercadas de algumas dificuldades e limitações, pois durante estes encontros estavam acontecendo várias rebeliões e ataques a funcionários de unidades prisionais do estado de São Paulo. Esses ataques

foram atribuídos a uma organização criminosa denominada Primeiro Comando da Capital, o PCC.

Posso dizer que ainda hoje trabalhamos sob certa tensão. Realizei as entrevistas em uma sala própria para atendimentos, com uma mesa, duas cadeiras. A porta permanecia aberta constantemente, pois a diretoria de disciplina e segurança não permite o fechamento.

Tanto eu quanto os presos sentíamos-nos inseguros e desconfiados, mas creio que também foi um momento de reaproximação com eles, pude perceber a necessidade (além do medo) deles estarem falando sobre sua condição paterna, de estarem conseguindo dar “voz” àquilo que não podiam e de eu ter a oportunidade de olhar para uma esfera de suas vidas que até então conhecia superficialmente.

Por vezes senti muito medo e insegurança de entrevistá-los e sobretudo gravar essas entrevistas (pela experiência posso notar que os presos ficam preocupados em permanecer muito tempo longe de seu pavilhão e do convívio com os demais, pois isso pode gerar uma desconfiança nos demais presos de que ele estaria denunciando algo). Dizia-lhes que eu também estava insegura, pois sabia que coletava este material num dos momentos mais difíceis e críticos do sistema penitenciário nacional.

Os próprios presos me diziam que queriam muito se sentirem mais tranquilos e dizerem muito mais coisas, mas não conseguiam. Embora todos os participantes demonstrassem em princípio boa vontade, era perceptível, em grau diferenciado, a preocupação com sua participação, a qual diminuiu no decorrer do processo das entrevistas, quando eles verificaram que se tratava, antes de tudo, de uma conversa mais aprofundada sobre suas experiências e

condição paterna, e que, portanto poderiam expor seus sentimentos e pensamentos mais espontaneamente.

Também tive grandes dificuldades com a questão do tempo para realização das entrevistas. A diretoria de segurança havia determinado que todos os atendimentos da área técnica fossem realizados a partir das 10h, porém os presos recolhem-se, “vão pra tranca”(sic) como eles mesmos dizem, às 10h30, isso quando não atrasavam para chegarem até mim, pois passam por revistas e necessitam aguardar liberação para subirem. Podiam permanecer somente 10 presos no rol de atendimento (cela em que aguardam para serem atendidos) e isso também dificultava.

Alguns faziam questão de serem entrevistados naquele mesmo dia, outros não. Diziam que eu poderia marcar uma data posteriormente. Houve também a dificuldade em agendar esses atendimentos, pois eu poderia atender somente um preso de cada pavilhão por semana, sendo assim, se eu não o entrevistasse naquele dia, somente poderia marcar na próxima semana, correndo o sério risco de não ter atendimentos, pois o momento era de grande tensão e nunca sabíamos se estaríamos atendendo no dia seguinte. Ou também se estivessem realizando alguma “blitz” na penitenciária, suspendiam os atendimentos sem aviso prévio, sendo assim encontrei bastante dificuldade em marcar as entrevistas posteriormente.

Minha intenção era estabelecer dois ou três encontros com os participantes, porém com alguns não foi possível, em decorrência todas essas dificuldades encontradas.

Além disso, a dificuldade de liberação para os atendimentos também se notou, devido aos atendimentos de outros profissionais, pois vários oficiais de

justiça também se encontravam semanalmente com os presos e a eles era dada prioridade no atendimento ao preso. Como a diretoria estabeleceu liberação de dez em dez presos, eles subiam em número suficiente apenas para serem atendidos pelos oficiais, ficando comprometido, o atendimento da psicologia.

Nas primeiras entrevistas, reconheci em mim mesma uma preocupação com minha abordagem junto aos participantes na forma de entrevistas. Atribuo esta preocupação ao fato de minha experiência, como psicóloga, implicar uma escuta e intervenção baseadas em conteúdos surgidos no momento dos atendimentos, sem roteiro prévio. Por isso, procurei deixá-los falar livremente e tive dificuldade em seguir o roteiro.

No decorrer do processo das entrevistas pude observar que falar e expor sua condição de pai, não estar acompanhando o desenvolvimento de seu(s) filhos e não estar presente em seu cotidiano representava um processo emocional muito doloroso e intenso, sendo bastante comum certos participantes se emocionarem e externalizarem o choro.

Após a transcrição das entrevistas, ocorreu a seleção dos trechos referentes às respostas que contemplavam as perguntas consideradas no roteiro de entrevista semi-estruturado e, em seguida, houve uma análise das respostas pelo pesquisador.

Não foi analisada a questão do gênero em relação aos filhos dos participantes, portanto a sua referência ao longo da descrição e análise das entrevistas não será considerada.

Após a apresentação e a discussão dos dados obtidos por meio das entrevistas, serão apresentadas as informações e a discussão dos resultados

coletados nos diários de campo, por meio da observação participante, com o objetivo de conhecer a temática sob o ponto de vista do funcionário do sistema penitenciário.

Com o objetivo de melhor visualizar e discutir as respostas dos participantes, este momento está dividido em três dimensões: *a relação do pai presidiário e seu filho no ambiente prisional; percepções e sentimentos acerca de sua condição paterna; a prisão e o impacto na relação com os filhos.*

1. A RELAÇÃO DO PAI PRESIDÁRIO E SEU FILHO NO AMBIENTE PRISIONAL

Esta dimensão foi investigada com base em três perguntas que visavam conhecer como se dá o contato do pai com o filho e a frequência que mantém esse contato, o que acham sobre a presença dos filhos naquele espaço, a fim de explorar a interação da pessoa em desenvolvimento, a figura paterna, a prisão e a manutenção dos vínculos.

1a. Como você mantém contato com seus(s) filho(s) e qual a frequência desse contato?

Para o encarcerado, o elo mais importante com o mundo externo se faz por intermédio do contato familiar. Através das respostas pode-se constatar que na maioria das vezes o pai mantém o contato com o(s) filho(s) seja por meio da situação de visitas ou por cartas. Alguns mantêm o contato com os filhos por meio de visitas, outros dizem preferir que os filhos não os visitem, as

razões alegadas foram: a distância como um dos motivos que fazem com que alguns optem por não receber os filhos na prisão e outros por não quererem a presença dos filhos naquele local. É importante destacar que alguns participantes disseram ser a situação financeira algo que dificulta o encontro dos pais com seus filhos. O peso das despesas dos familiares com a situação de visita foi um aspecto visível nos depoimentos de alguns dos participantes. Isso se evidencia quando os pais verbalizam o problema:

“Uma vez só, só me trouxe um só. Só veio um só. Bom, na outra penitenciária que eu tava, se não vinha um, vinha o outro, sempre, todo final de semana. Agora, por causa da distância... a condição financeira” (P1).

Essa outra fala revela, mais uma vez, que em virtude da dificuldade financeira os contatos são reduzidos, por conseguinte comprometendo seu contato com os filhos.

“Ó, os outros três meus, que são filhos de outra mulher, de outro casamento, eles vem é raro, vamo pô assim, uma vez cada dois meses, ou duas vezes por mês, dependendo assim da situação financeira, que é a minha mãe que traz, minha ex-mulher leva até em casa eu mando uma carta pedindo, que tô com saudade deles e aí minha ex-mulher autoriza trazê. Então nunca vem os três, as vezes vem a S., quando não vem a S. vem a B., quando não vem a B. vem o W., nunca os três duma vez, por causa da situação, entendeu, da financeira, então não dá pra traze os três eu queria tá os três entendeu, mas não é como a gente que, né, e como é a situação” (P2).

O procedimento de revista também foi mencionado como algo que afasta os familiares, principalmente as mulheres, ao entrarem em uma prisão para

uma visita. Este procedimento está recomendado no Manual de Rotinas e Procedimentos do Agente Penitenciário (2005) sendo, portanto, obrigatório. As revistas na entrada das prisões representam, para muitos, uma situação extremamente vexatória, pois tais revistas são para o sistema penitenciário um controle de entrada de drogas, celulares ou armas. Pode-se observar pelos relatos que alguns pais preferem evitar que os filhos, principalmente as filhas, passem por esse procedimento.

“(...) por cartas. Escreveu pra mim faz uns dois meses que escreveu a minha filha... por carta porque elas não vem aqui porque eu não deixo. Devido a revista... eu não sou contra a revista, tem que revistar mesmo... só que eu prefiro ficar aqui sem ver elas aqui e tirar meus filhos da porta de cadeia porque um dias elas vão falar assim: ó pai eu só vi o senhor lá uma vez” (P3).

De acordo com o Manual de Rotinas e Procedimentos do Agente de Segurança Penitenciária (2005) o procedimento operacional padrão recomenda que a revista em pessoa do sexo feminino seja realizada da seguinte forma: que ela fique de pé olhando para a pessoa que a revista; se estiver carregando algum objeto não autorizado pedir-lhe que esvazie os bolsos e que remova as jóias, relógios, etc. Revista-se o conteúdo dos bolsos, incluindo bolsas que estão sendo carregadas. Os acessórios da cabeça também são removidos e revistados, assim como os calçados e as solas dos pés. Em seguida, solicita-se a ela que dispa-se e se vire de costas. As roupas são revistadas, pedem que se agache e levante os seios; olha-se ao redor das orelhas, nariz, boca e língua, verificando também a área em torno da pessoa, a fim do agente certificar-se se não foi jogado nada no chão, antes ou durante a revista.

Um exemplo ilustrativo de que a prisão não seria um ambiente para os filhos freqüentarem, sendo um dos motivos que leva um pai a recorrer à decisão de não optar por visitas, encontra-se na fala desse participante:

“Contato? Não, só por carta... não tenho contato... nem quero que venha... só em Iperó... em Iperó vieram... uma vez cada um... a C. veio uma vez e ele veio uma vez também, em Iperó... depois disso nunca mais. Eles vieram duas vezes... uma vez cada um. Eu tinha contato com eles só por carta e agora já não to mais mandando muita carta... não quero, é sofrimento pr’eles, cadeia não é lugar não, dona” (P5).

A decisão deste participante de não ter a presença dos filhos e a opção de não enviar mais correspondência por considerar que isto intensifica o seu sofrimento e o de seus filhos, parece que vem permeada de significados em relação à prisão. Em suas falas posteriores parece confirmar que a prisão tornou-se um local de risco para os familiares, não sente como um espaço que pudesse propiciar o encontro e a manutenção deste vínculo. Ainda enfatiza:

“... eu não quero que meu filho vem de jeito nenhum... nem meu filho, nem minha filha na cadeia... porque é muito sofrimento, é muito arriscado, entendeu?...” (P5).

O pesquisador notou que este participante, no dia da entrevista e em outros momentos de observação, trouxe com muita angústia a insegurança e intranqüilidade que os presos estavam vivenciando pelo momento de rebeliões e tensões cotidianas que enfrentávamos. Insere-se nesse contexto não somente a violência proveniente dos conflitos entre os presos ou entre

funcionários e presos, mas a permanente condição potencializadora de uma violência silenciosa, que também é submetida a população carcerária. As penas são cumpridas pela maioria desta população em regime de ociosidade, pela escassez de trabalho ou atividades educativas que possam ser oferecidas a todos. Sendo submetidos a tais condições, exacerbam-se as tensões existentes no cotidiano das unidades prisionais.

Um dos motivos referidos por um participante como razão que o leva à decisão de não permitir visitá-lo, são as mudanças ocorridas no sistema penitenciário nos últimos tempos e as rebeliões ocorridas aos finais de semana. Uma regra seguida pelos próprios presos, agora está sendo descumprida.

“(..) durante todo o tempo que eu tive preso eu sempre tive contato com eles... em 99 quando eu saí só tinha um, aliás, tinha dois(...) depois tive esse outro... mas todo esse tempo, todo o crescimento deles eu acompanhei de longe, mas presente, ou seja, uma carta, um desenho, aniversário, páscoa, natal e ano novo, sempre procurei tá mandando uma carta, um desenho... no começo tinha bastante visita mas como o sistema foi mudando, muitas rebeliões com visitas eu decidi não ter mais visita, com eles.... já tem bastante tempo que não vejo eles... eu tive visita deles, pelo fato que aconteceu do meu filhinho mais novo ter falecido, no mês 8 do ano passado... até então só tinha visto eles antes de ser preso, em 2003... eu decidi por não ver mais eles na prisão por motivos de rebeliões com visita... antigamente não tinha isso quando fui preso..., no começo não tinha isso, aí de uma época pra cá que começou a ter rebeliões com visita eu decidi não ter mais(...)a gente que tá preso sabemo como que tá a situação dentro da prisão(...)” (P6).

As inúmeras rebeliões acontecidas e a estrutura da instituição prisional que não lhes garante total integridade são destacadas como um dos elementos reforçadores que os levariam a assumir uma posição de distanciamento de seus filhos.

1b. O que o senhor acha de seu(s) filho(s) vir (em) visitá-lo na prisão?

Para o encarcerado o convívio com os filhos e demais familiares pode proporcionar uma maior tranquilidade a ele. O cotidiano da prisão lhe é por demais penoso e o contato com o mundo externo se dá pela visita dos familiares. A presença da família e dos filhos pode ser um elemento atenuante das tensões do cotidiano dentro da prisão. Segundo alguns participantes, a visita e o contato com o(s) filho(s) são os motivos que os ajudam a manter o equilíbrio psicológico e acompanhá-los em seu desenvolvimento.

“Pro pai que gosta realmente do filho é muito importante, até pro lado pessoal da gente, o lado psicológico, porque seu filho tá bem, você vê ele ...” (P1).

“Olha, pra ser sincero pra senhora em primeiro lugar, a visita pra nós é essencial, principalmente d’uma mãe, da esposa, dos filhos, então deles vim me visitar é um gesto assim...vamo dizê...a gente não tá totalmente abandonado, então é um gesto de...de... nos traz muita alegria, muita felicidade, por que? Porque...traz umas coisas nova pra gente, traz o mundo lá fora, o mundo exterior, né? Lá fora a gente num sabe como é que tá, como é que não tá, o que aconteceu, o que não aconteceu, entendeu? Então, é ótimo isso daí, visita

pro preso é essencial, essencial em todas as partes, não é só numa nem duas, em todas, então é isso que eu tenho pra dizer pra senhora. É super importante.”
(P2)

Outros já consideram a prisão como um ambiente que pode influenciar seus filhos, manifestando receio de uma visão determinista representada pela sociedade.

“(...) porque como diz aquele ditado, filho de peixe, peixe é... não muda o caminho? as vezes muda o caminho...a família toda cresce na marginalidade,então as vezes, eu digo assim, as crianças que vem na prisão, elas que influencia os pais, querê sê como os pais...ah, meu pai...” (P7).

De acordo com Sá (Sá, 1998 *apud* Thompson, 1980), dentre os problemas inerentes ao ambiente carcerário está a questão da prisionização. Este conceito foi aprofundado por Thompson em sua obra “A questão Penitenciária” (1980), a partir das idéias propostas por Donald Clemmer.

A prisionização é um fenômeno que ocorre ao indivíduo preso e que seria a adoção dos usos, costumes, hábitos e cultura geral da prisão (Thompson, 1980). Segundo este autor, todo encarcerado sofre em maior ou menor grau este processo de aculturação, sendo este inevitável. O temor desse pai em que o filho freqüentando a prisão possa assimilar a cultura do cárcere e posteriormente repetir sua história é evidenciado nesta fala:

“(...) então as vezes as crianças se espelham no pai, as vezes até vai trazida pra marginalidade por tá no dia-dia freqüentando uma prisão,

então tudo isso leva as vezes uma criança a marginalidade. Tá me entendendo?(...)” (P7).

Outra alusão ao contato com a prisão foi em relação a como seus filhos perceberiam este ambiente, idealizando tanto a figura paterna por lá se encontrar quanto o ambiente.

“A maioria das crianças que vem na penitenciária pra ver o pai, eles acham o máximo as vezes, pelo pai tá num lugar desses, eles não tem noção do que é uma prisão, as vezes acham o máximo, a criança as vezes se espelha no pai, como se diz, filho de peixe, peixe é né?(...) então, de uma certa forma, presídio é assim, eu digo, bom não é pra uma criança, mas fazê o quê, o pai tem que vê o filho. Tem que existi o contato. Isso dá uma sustentação aqui e ao mesmo tempo...como eu poderia te dizê?...tem uma sustentação e ao mesmo tempo não tem, porque a gente olhando pr’os filho quem vai sabê o comportamento dele, a educação?...” (P7).

Um outro elemento que aparece é a questão da tensão, expressa na fala de um dos participantes, como “clima”. O sistema penitenciário passa por um dos momentos mais delicados. Há uma superlotação, as celas apresentam a capacidade para três e seis presos, havendo sempre o dobro ou mais da capacidade Tanto os presos quanto os funcionários trabalham sob certa tensão e as prioridades nas ações que visam a atenção ao preso, são voltadas apenas às questões de segurança e disciplina, ficando relegado ao segundo plano as ações psicossociais, tais como projetos ou acompanhamentos.

“Mas tem o outro lado da moeda, né? Esse lugar é um clima pesado, não é bom pra criança tá vindo” (P1).

Outro aspecto emergente nos relatos é o contato por meio das cartas, por considerar que a prisão não oferece segurança para seus filhos poderem frequentar.

“(...) mais esse diálogo que eu quero dizer seria através de cartas... porque na prisão não tem diálogo, na prisão eu não quero meus filhos... esse negócio de trazer meu filho, ah, vai visitar o pai... pra vim tudo é festa, só que na hora que ele vai embora é tristeza e a cadeia do jeito que tá a cadeia hoje em dia pode virar a qualquer momento... pode virar e a policia chega aí atirando em todo mundo aí dentro que nem chegou lá(...) tem muitas cadeias aí que tem preso baleado, preso ferido...” (P5).

Segundo a perspectiva de Bronfenbrenner (1979/1996), em termos de exossistema (os ambientes nos quais o filho ou a família não está presente, mas cujas decisões influenciam a vida familiar), encontram-se ausência de postos de trabalho para a maioria, atividades educativas e ações que promovam o indivíduo. Considerando que neste ambiente no final do mês de outubro havia um total de 1.757 presos e que apenas 840 presos desenvolvem alguma atividade, seja de trabalho ou educativa, pode-se pensar que esses indicadores: baixa escolaridade, falta de formação e qualificação profissional, dificuldades financeiras, serão potencializados pelo macrossistema em relação a preconceitos, falta de oportunidades de trabalho, situação de pobreza, etc, quando este pai não mais estiver na prisão.

“(...) não tá recuperando nada, a cadeia não recupera ninguém.... a cadeia não recupera ninguém, quem recupera é a mente, é ele pensa positivo, pensar na família dele, no momento que o presidiário pensa na família dele, na esposa, nos filhos dele, aí vai mudar a situação dele porque ele vai falar: bom, eu tenho família, tenho os meus filhos e eu vou mudar. Agora dizer que ele vai ter uma ajuda do governo, vai muda, que nada, a cabeça dele vai desvia pra outros caminhos e não vai resolve nada. Agora, pros filhos eu já acredito que o governo pode ajudar porque ali tá na sociedade... o preso?... o preso não tá na sociedade...”(P5).

Para o participante P3, a presença das filhas na prisão traz aspectos negativos. A aglomeração humana e o reduzido espaço físico abrigando em média quase quinhentos presos em cada pavilhão. Ele coloca que os funcionários, denominado por eles de “polícia”, demonstram um estigma em relação a sua pessoa.

A representação social é uma forma de conhecimento prático, de senso comum, que se estabelece na sociedade. Esse conhecimento é constituído de conceitos e imagens sobre pessoas, papéis, fenômenos do cotidiano. As pessoas constroem suas representações nos seus grupos sociais, por meio das conversas, das visões e das crenças (Goffman, 1988).

O estigma é um rótulo, uma marca que se atribui a pessoas com certos atributos que se incluem em determinadas classes ou categorias. Os rótulos dos estigmas decorrem de preconceitos, ou seja, de idéias pré-concebidas, cristalizadas e consolidadas no pensamento.

Desse modo, os atributos ou as características que justificam o termo usado pelo funcionário do sistema penitenciário como “ladrão” são previamente avaliados, com pouca oportunidade de análise crítica e consciente, que os

associe às circunstâncias reais da vida e das relações sociais daquele indivíduo, especificamente.

“... eu já não gosto porque vai chegar lá e ver aquele monte de preso, que ela não ta acostumada vê... eu não sei o que vai ser a reação delas... o dia que elas viu eu na cadeia em Sumaré elas viu um monte de grade né... aí já ficou em pânico... (...), só que eu não quero que fica vindo aqui... pra ver aqui...ficar envolvido com um monte de ladrão que tem aí... inclusive eu também... as vezes eu falo pro pessoal... a única vez que trocaram meu nome foi aqui dentro... chamaram eu por uma coisa que eu nunca fiz... ser ladrão... mas isso é palavra da polícia, é o modo deles interpretar... porque não vai chamar, ou drogueiro, ou fulano ou isso e aquilo outro, então já chama de um nome só... é isso aí viu” (P3).

Outro exemplo ilustrativo da situação de insegurança e do “clima” da prisão gerado pelas rebeliões, vem explícito nas falas desses participantes. Embora os relatos sejam longos, penso ser necessário transcrevê-los para melhor compreensão do assunto.

“Não quero não... não... porque não!... porque é muito sofrimento pra eles, entendeu... na hora de ir embora... durante a visita é só alegria e depois da visita é muita tristeza... pra eles e pra mim... prefiro que eles ficam lá, a não ser que haja aproximação familiar e aí eles vão tá próximo de mim lá e aí sim... se eu tiver mais próximo deles... ou do contrário eles podem me mandar pra qualquer lugar longe que eu não quero que meu filho vem de jeito nenhum... nem meu filho, nem minha filha na cadeia... porque é muito sofrimento, é muito arriscado, entendeu?... criança aqui... porque o dia que eles chega tudo é festa, eles pensam que tudo é festa... quando ele chega final de semana tá tudo mundo bonitinho, trocadinho, é festa... e o dia-a-dia dele não é... o dia-a-dia da cadeia não é assim... é muito arriscado, tipo assim, teve essas

viradas de cadeia aí, de rebeliões aí tudo... e ali fica criança... criança dentro desses negócio aí... isso pra mim não é certo... prefiro que meu filho fica lá fora lá... lá tem mais segurança do que aqui(...) não quero que eles venha aqui não, aqui não é lugar” (P5).

Pelo relato anterior, as falas mais marcantes são em relação à situação do sistema penitenciário atualmente, como os próprios presos estão se sentindo, a falta de segurança e os riscos iminentes de violência. A ameaça de riscos e o medo de expor os filhos à violência na instituição, fizeram-no decidir por não receber a visita dos filhos.

“Se hoje não houvesse rebeliões em dia de visita, seria muito importante, tanto pra gente como pra eles... mais pra eles porque ninguém pode suprir o amor que a gente tem... a gente pai.... não adianta ser só pai (...) no meu ponto de vista eu acho muito bom pra eles vim visitar a gente, desde que haja um limite do lugar(...) quando eles começaram entender mais eu comecei a diminuir as visitas porque também já tá sabendo o local que é... não que eles precisem saber, mas é lógico que quando eles tiverem mais conscientes eu vou explicar pra eles... (P6).

O medo expresso deste pai em seu depoimento sobre a influência que a prisão possa exercer no desenvolvimento de seus filhos. Por um lado ele pode acompanhar um pouco esses filhos por meio das situações de visitas, mas por outro existe o medo deste ambiente exercer um forte poder de influência no desenvolvimento dessas crianças.

“Eu acho ótimo porque tem que acompanhar o crescimento dos filhos, né, mesmo preso.... mas já tive medo... Tenho, eu tenho! Insegurança dos meus filhos vim e falou assim: pôxa, eu quero essa vida também

pra mim. Como meu filho veio e falô: pôxa pai deixa eu ficá com você, quero ficá aqui com você...então...aí, eu falei, não filho vai embora porque lá fora é melhor pra você, é só o pai que pode ficá aqui. Mas ele chora né? vai triste, pede até que escondam ele aqui, fala, oh, me esconde aqui pai, quero ficá aqui com você, então, de uma certa forma atinge a mente da criança, do jeito que eu tô te falando, como minha filha foi pará no psicólogo já também, tudo isso atinge. Como eles pode vim numa prisão e enxergar de uma forma, claramente, e ele fala assim, então pai eu vim aqui, eu quero isso pra mim também amanhã...porque ele não compreende, não sabe que se passa na realidade, o que ele quê é a minha presença...o meu medo é ele transferi pra vida do crime, repeti a minha história e eu não quero essa história na vida dos meus filhos” (P7).

Interessante o relato de um pai que descreve o dia de uma rebelião com crianças e familiares naquele espaço:

“Olha, é difícil não ficá assustado porque até a gente que somo preso também fica. Se eu dizê pra senhora que fica todo mundo na paz é mentira, até nós porque isso aqui é um barril de pólvora, na mesma hora que tá bom, tá ruim... mais tirando isso, eles são bem cuidado arruma leite, arruma bolacha, arruma...entre aspa arruma outras coisas. Então é bem cuidado, tanto a visita pequena como a visita grande.”(P2).

Segundo ele, as crianças permanecem longe de toda movimentação com os presos, elas não ficam juntas com os reféns ou com os presos líderes de uma rebelião.

“(...) que acabei de falá pra senhora, a disciplina. Porque uma criança, ela vai levá lá pra fora o quê ela tá vendo aqui drento. Se ela vê tudo isso, alguém apanhando, alguém morrendo, tal, o quê ela vai faze? Ela vai levá lá fora e aí isso é cobrado de quem tá na liderança aqui drento, então, então não pode a criança ficá a mesma coisa de não tá acontecendo nada, ficá ali, ficá

com os pais, sob o cuidado dos pais... é... 'o irmão faz favor, tem uma bolacha aí? ', na mesma hora vem três, quatro pacote de bolacha..." (P2).

Porém outro participante revela que sua filha estava presente no dia de uma rebelião e que desenvolveu medo de policiais. Esta rebelião ocorreu em 2001 e foi veiculada até mesmo pela mídia internacional. Foram 21 penitenciárias rebeladas ao mesmo tempo.

"Olha, durante a megarrebelião que teve, minha filha tava me visitando, ela ouviu tiro, viu troca de tiros, correria... chegou a fazer xixi no meu colo lá no pátio... chorava muito e até hoje quando vê polícia da muralha fala pra mim que a polícia faz mal pra gente..." (P7).

Afirma Adorno (1998) que tais acontecimentos colocam em confronto as forças da legalidade e da ilegalidade, sendo tentados os caminhos do diálogo ou do convencimento dos rebelados. No entanto, quando ocorre a radicalização do conflito, expondo ao perigo a vida de funcionários, opta-se pelo recurso do emprego de uma força maior, para controle, contenção e demonstração de força aos rebelados.

1c. *Considera importante um espaço adequado para o senhor estabelecer este contato com seu filho, ou seja, que vocês permaneçam em um outro espaço que não o pavilhão?*

Por esta pergunta foi investigado o que esses pais acham da criança adentrar os muros e freqüentar aquele ambiente, dividindo o mesmo espaço físico com os demais presos. Esses pais percebiam o local como um risco físico ou psicológico a seu filho?

Bronfenbrenner (1979/1996) revela a importância de nos atentarmos para a análise do contexto através dos diversos sistemas que o formam e que exercem influência sobre as pessoas.

Podemos pensar na prisão como o Mesossistema, ou seja, um ambiente no qual a pessoa ou a família participa ativamente quando estão presentes e que também pode ser representado em termos mais abstratos, pois ocorrem eventos que afetam aquilo que acontece no ambiente imediato da pessoa em desenvolvimento.

Importante considerar como este ambiente é percebido pela pessoa e não somente conforme existe na realidade objetiva.

Pelo relato do participante 1 ainda se faz presente a violência do Estado. Assim, o assunto sobre a invasão da “polícia” pode ser analisado sob um enfoque de denúncia, até porque o assunto foi objeto de denúncia de certos organismos internacionais, como o relatório da Human Rights Watch(1998), citando que particularmente, no período que se segue às rebeliões nos presídios, os detentos sofrem intensos abusos físicos. Vale lembrar o conhecido episódio do Massacre do Carandiru que teve oficialmente cento e onze mortos pela violência policial.

“Acho que não doutora, tem que ser assim mesmo. Se eu tenho as visita vou ter que sair do raio? O quê os outro vão pensar? A senhora sabe como é cadeia, até pra vir aqui é difícil. Ainda mais o que tá acontecendo, ultimamente é difícil trazer os filhos aqui dentro, sei que não vai acontecer nada com as crianças, os presos em geral gostam, mas o problema é que na hora que as polícia invade, se entram atirando, acerta meu filho,minha mulher. Isso aqui não é lugar”(P1).

Outra questão levantada por este relato é sobre a pressão e a fiscalização que os presos são submetidos pelos próprios colegas de prisão. Eles são controlados na maioria de suas ações diárias. Se vão a um atendimento, o que se passou na escola ou no trabalho, o que escrevem nos bilhetes encaminhados aos funcionários, enfim, estão sob controle e vigilância não somente por parte dos funcionários, mas também dos próprios presos.

Alguns participantes consideraram que seria importante um espaço adequado para o encontro com seus filhos, outros não. Uma particularidade notada na fala de um dos participantes é a revelação do mundo interno da prisão.

Esse mundo interno da prisão funciona mediante uma lógica distinta dos princípios que regulamentam e regem a instituição prisional. Nele, as ações e as regras estabelecidas pelos próprios detentos tomam a forma de princípios legais ou procedimentos formais elaborados por eles próprios. Quem descumpre ou transgride tais regras é punido, às vezes severamente, podendo até pagar com sua vida. Ao preso não é permitido se aproximar da visita de outro preso sem pedir licença; o preso que cuida da criança, a qual os pais estão no momento de intimidade, é escolhido pelos próprios detentos, designado à função de cuidador da criança. Interessante o relato desse participante diz que o preso que fica sob o papel de cuidador dessa criança tem que seguir “a disciplina” estabelecida por eles:

“Acho que não. A cadeia senhora, vou sê sincero pra senhora, a cadeia ela gira assim em volta de... em volta de... vamos pô em termos de educação, de disciplina, tanto nós tem disciplina, como os funcionário também tem que tê disciplina com as nossas visita então, vamo supô, as crianças lá... sempre tem uns preso que não tem família, que não tem ninguém, então vamo supô a gente tá com a namorada, quê namorá um pouco, vamo pó em outras palavras, quê namorá um pouco, oh, faz favor aqui companheiro, dá pra ce olhá meu filho, assim, tal? aquilo, naquela hora que cê passô aquela criança pro preso olha, automaticamente ele já tem uma responsabilidade, tem que olhá mesmo(frisa bem) senão ele é cobrado a altura. É cobrado, é, ele tem que tê uma disciplina, entendeu? ali ele vai fazer o quê? Ali ele não vai fala palavrão, ele não vai deixá a criança falá palavrão, é...ele não vai..é, vai ensinar a criança a respeitar. Então, a disciplina é essa, não pode. E ali drento, tanto pra nós como pras visita, como também pros funcionários, são...é...são...é... a educação é essencial, a disciplina é essencial, por que? Veja bem, um funcionário ele vai tratar a gen...a visita da maneira com educação, a visita também tem que tratar ele com educação e a mesma coisa nós, nós que é preso. Nós que sono preso não pode falá com outra visita de outro preso sem autorização. Pode sê meu irmão, chegou a mulher do meu irmão eu não posso chega ali, eu não posso chega até nela sem ele me chamá, porque é uma disciplina do presídio, funciona assim, então o quê acontece, as criança passou desse portão pra drento elas são super respeitado, são super... educação, é passada super educação, é... pra criança não vê isso aqui como uma prisão, vê isso aqui vamo dize assim, vê isso aqui como um dia de visita, um lazer” (P2).

“Acho que não, eles lá no raio são bem tratados, eles brinca, jogam bola, ficam com outras criança... nunca pensei nisso...acho que não” (P7).

Este participante considerou importante um local adequado para o encontro com os filhos. Demonstra receio que o ambiente prisional possa exercer influência no comportamento de seus filhos:

“Eu acho que sim... principalmente as crianças... crianças, o que ela vê elas pretende fazê amanhã... quando o pai tá aqui dentro... quando ele tá lá fora a forma de ajudar ele é diferente... quando ele tá aqui dentro ela vê essa coisa aqui hoje quando ela chega lá fora ela fala: vou fazer o quê meu pai tava fazendo lá dentro...” (P3).

O receio de expor seus filhos em contato direto com o mundo interno da prisão e o medo de que elas possam repetir sua história. Além do contato e a manutenção do vínculo afetivo desses filhos por meio das situações de visita, o que a instituição prisional pode oferecer a essas pessoas?

Mesmo que existisse um espaço adequado ao contato com o filho, senão o espaço do pavilhão, esse pai referiu não querer a presença deles naquele ambiente. A fala deste pai fornece a idéia de que a prisão é um ambiente que pode ser prejudicial aos seus filhos e que alguns eventos que ocorrem poderiam contribuir para o afastamento entre o pai e os filhos. No entanto, considerou positivo um espaço para que esses contatos possam ocorrer.

“Eu acho que tinha que ter sim. Não é bom não... prisão... não é bom pra criança... teria que ter um lugar assim mais adequado, um lugar separado pra visita... se tivesse um lugar separado assim pro pai tá com o filho ali, mudaria muito mais... mais mesmo assim eu ainda ia pensar umas duas ou três vezes pra trazer meu filho na prisão, eu não quero que meus filhos vem na prisão... não quero que a minha filha vem mais em prisão e nem meu filho vem em prisão... de jeito nenhum... a gente fica separado, a gente sofre, chora, fica triste mais ...vamo que vamo...” (P5).

Outro participante considerou importante existir um espaço adequado para o contato com o filho. Implicitamente fala sobre o ambiente, tanto o físico quanto o simbólico. Assim como outro participante, expressa o receio do ambiente ser um sistema de influência, que apresente riscos de várias espécies, como rebeliões, contato com os demais presos, etc.

“Eu sempre pensei numa área só pra eles, fora do raio, seria bem melhor, pela visão que eles tem, né? Tem uma bola de futebol, diversas portas, eles acabam perguntando por quê que é assim, com quantas pessoas mora e se tivesse um lugar só pra eles, playground, fora do raio, eu creio que seria bem melhor de tá passando isso aí pra eles depois, não sei, de tá indo desviando a mente deles até fala, eu acredito que seria bem melhor” (P6).

2. PERCEPÇÕES E SENTIMENTOS ACERCA DE SUA CONDIÇÃO PATERNA

Essa dimensão procurou explorar por meio de três perguntas sobre a condição de pai encarcerado, os seus medos, angústias, desejos e perspectivas. Para isso foram colocadas três questões disparadoras descritas a seguir.

2a. Que o senhor acha que pode acontecer com seu filho pelo fato de se encontrar na condição de presidiário?

Ao tecer uma suposição sobre o futuro de seus filhos, esses pais demonstraram certa preocupação e incerteza. O fato de estarem ausentes e

afastados do convívio com os filhos são preocupações maiores, contudo uma outra preocupação se fez presente, o envolvimento com a criminalidade.

“Tenho... tenho medo que venha acontecer o que aconteceu comigo a mesma coisa com ele... não é só porque eu fiz isso aí que eu vou desejar pro meu filho... jamais... a gente quer o bem, todo pai quer o bem pr’o filho... jamais meu pai queria que eu tivesse aqui... eu tenho um pouco de receio... vou falar sinceramente pra senhora porque eu não tenho domínio total sobre ele... porque são sete anos longe(...)” P4.

O desamparo social também é expresso em certas narrativas. A escassez de investimentos para o acesso aos recursos necessários a uma vida digna, emergiu de certos relatos:

“Olha senhora, no mundo lá fora, não só com os filhos de presidiário, como filho de qualquer um pode acontecer sim, como se diria, o amanhã não pertence a nós, não pertence a nós...então, como se diz assim, é...hoje há uma guerra lá fora, há uma guerra lá fora, tanto lá fora quanto aqui dentro, então muita das vezes a gente fala assim, meu filho é o único que não vai acontecer nada com ele, é aí que a gente se engana, aí é que falta aquele apoio de uma assistente social, de uma instituição de caridade na casa da gente, dar um apoio, porque esses três filhos que eu tenho com minha outra mulher, com a C. ,vou ser sincero pra senhora, eles passam dificuldade financeira esses três, são os três que eu faço de tudo pra mim tá ajudando eles, pra tá mandando ajuda(...) isso a senhora sabe, infelizmente tudo que é do governo se torna difícil, só eles que tem dinheiro, os grandão lá, os pequenininho fica sempre pra traiz...” (P2).

Os relatos colhidos revelam um temor que os filhos se envolvam com o crime, com drogas ou prostituição, que repitam suas histórias. A

vulnerabilidade social, apontada por De Antoni & Cassol (2004) refere-se à vulnerabilidade com ênfase no social. Este conceito pode ser definido pelas situações decorrentes de pobreza ou de fragilidade no papel dos adultos responsáveis pelos filhos, além de outras e, influencia diretamente as interações familiares, podendo desencadear a vulnerabilidade individual.

“O futuro do meu filho?... essa é uma situação complicada, porque desde que um filho não convive com o pai, ou as vezes só com a mãe... aí já é um grande problema, que ele possa querer desandar pro mundo das drogas e a menina pro mundo da prostituição... então eu acho que tem que ter um diálogo de pai e filho, mesmo da prisão, entendeu?... mais esse diálogo que eu quero dizer seria através de cartas... porque na prisão não tem diálogo, na prisão eu não quero meus filhos... esse negócio de trazê meu filho, ah, vai visitar o pai... pra vim tudo é festa, só que na hora que ele vai embora é tristeza e a cadeia do jeito que tá a cadeia hoje em dia pode virá a qualquer momento... pode virar e a policia chega aí atirando em todo mundo aí dentro que nem chegou lá em...(...) tem muitas cadeias aí que tem preso baleado, preso ferido... na hora que eles ta atirando eles não vai ver em quem tão atirando(...) e aí acerta meu filho e aí pronto”(P5).

“(...) tenho muito medo... do crime na vida dele... porque o crime tá em todo lugar, né? Então, eu acredito que eu saindo de liberdade eu vou poder estar fazendo mais coisas por eles” (P6).

Existe o medo de que a prisão dele enquanto pai possa levar seus filhos à vida do crime. Observe neste trecho:

“Tenho, eu tenho! Insegurança dos meus filhos vim e falou assim: pôxa, eu quero essa vida também pra mim. Como meu filho veio e falou: pôxa pai deixa eu fica com você, quero fica aqui com você...então...áí, eu falei, não filho vai embora porque lá fora é melhor pra você, é só o pai que pode ficá aqui. Mas ele chora né, vai triste, pede até que escondam ele aqui, fala: oh, me esconde aqui pai, quero fica aqui com você. Então, de uma certa forma atinge a mente da criança, do jeito que eu tô te falando, como minha filha foi pará no psicólogo já também, tudo isso atinge. Como eles pode vim numa prisão e enxergar de uma forma, claramente, e ele fala assim: então pai eu vim aqui, eu quero isso pra mim também amanhã...porque ele não compreende, não sabe que se passa na realidade, o que ele que é a minha presença...o meu medo é ele transferi pra vida do crime, repeti a minha história e eu não quero essa história na vida dos meus filhos(...)” (P7).

Apontam que seu medo decorre da possibilidade que seus filhos repitam sua história e passem a viver na criminalidade. A possibilidade dessa situação já lhe provoca inseguranças e temores.

2b. Que tipo de ajuda julga importante ter por ser pai e se encontrar na condição de presidiário?

A escassez de políticas e investimentos voltados a essa população, tem repercussões no cotidiano dessas famílias, refletindo na ausência de recursos financeiros e no desamparo familiar. Segundo o ponto de vista da maioria dos entrevistados, um dos principais motivos de suas preocupações e angústias é a falta de amparo social encontrada pela família e por eles próprios. Nessas narrativas as necessidades foram apontadas na forma de direitos sociais e desamparo familiar.

As observações também foram percebidas quando da caracterização dos participantes, que todos são provenientes de famílias oriundas de segmentos sociais populares, residentes na periferia ou em favelas. Reflete-se nesta categoria, especificamente ao amparo social.

De acordo com Gueiros (2002) parece cada vez mais tênue o complemento Família-Estado, depositando nas famílias uma sobrecarga que não conseguem suportar e tendo em vista as precárias condições socioeconômicas que significativa parcela da população carcerária está submetida.

Os participantes também referiram como a instituição prisional os trata e como esta tem como seu principal objetivo apenas a contenção social, sem lhes proporcionar espaços para sua recuperação. Podemos observar nos relatos abaixo:

“Ah, acho que deveria existir algum tipo de ajuda sim, com toda certeza, senhora.. O governo não faz nada não. A gente tem que se virar como pode e ainda mais estando preso... essas coisas invadem a mente da gente, atormenta. Não sei o quê vai ser, mas não quero pr’os meus filhos o mesmo que tive pra mim. Não imagino eles passando pelo sistema ou pelo mesmo tipo de situação (...)faz a gente pensar até outras coisas, dona, até em se envolver mais para poder ajudar. A falta de condição acaba gerando um envolvimento maior(...) Doutora, eu to falando do lado financeiro porque quero que meus filhos não fiquem igual a mim, que eles não venham cair nesse lugar. O mundo do crime é gerado por falta desse financeiro, o lado financeiro é o principal. Eu não quero que meus filhos passem o que minha mãe tá passando comigo lá” (P1).

“Eu acho que as instituições lá fora, os governos, os parlamentares, os gravatado lá, deveria também pensá no preso numa maneira que nem todos aqui não prestam, nem todos que tão aqui não tem mais conserto (...) eu acho que uma ajuda primeiramente, vamo dizê assim educação, eu acho que educação, assistente social ali visitando nem se for ali duas vezes cada dois meses ou uma vez por mês, passando ali por uma avaliação, como é que tá, o que tá precisando, o que que num tá, como é que é como é que não é. Tem condições de você visitar seu pai hoje, levá seu filho? olha, até eu vô, mas eu não vô levá meu filho porque não tenho dinheiro, então quer dizer, teria que tê o quê, teria que tê uma ajuda, uma assistente social dá um passe, dá um como se diz, é...é difícil até de falá porque os grandão só pensa neles, pensa que preso nenhum deles vale nada é tudo farinha do mesmo saco(...) Eu mesmo, meu caso mesmo quem traz é a minha mãe, minha mãe ela é aposentada, as vezes ela tira do dinheirinho dela pra trazê um filho meu aqui, as vezes eu consigo pagá pra ela, repô esse dinheiro, mas muitas vezes eu não consigo, devido ao quê? não tenho trabalho...devia também aplicá mais a segurança, aplicá mais no trabalho, disciplina, que o preso trabalhando não tem no que ele pensá, né? (...)”(P2).

“Eu acho que do estado deveria ter uma ajuda financeira pra família, pra criança, pra ajudar a criança... porque a gente tem o que comer aqui, tem o que beber e tudo, não precisa de estudo, não precisa de roupa, calçado, remédio... tudo isso a gente tem aqui...(...)” (P4).

Os relatos descritos ilustram bem o que se pode considerar como uma instituição que não propicia a recuperação do presidiário. Desempenha um papel decadente, cumprindo apenas a função de retirar, quem cometeu um crime, do meio social, mas não consegue recuperá-lo ou reinserí-lo socialmente de uma forma mais digna.

Na opinião do entrevistado P5, a importância da prevenção à criminalidade, a ausência de investimentos nesta esfera, o desamparo social e familiar foram apontados nessa narrativa como necessidades básicas que não são supridas pelo Estado. Percebe-se que em nível macrossistêmico – que envolve a política social voltada à família não é suficiente para atender às demandas das famílias das camadas mais populares, de onde provêm a maioria da população carcerária.

De acordo com Lacerda & Guzzo (2005), a idéia de prevenção baseia-se em investimentos em serviços de saúde, segurança, educação e um rompimento com um ciclo vicioso que gera problemas sociais, emocionais, comportamentais, etc. O rompimento deste ciclo requer uma transformação da realidade de um sistema social que produz o sofrimento humano.

As políticas públicas são dedicadas aos interesses e conveniências das classes dominantes e a intervenção dos profissionais ligados ao trabalho com as camadas mais pobres da população, como a população carcerária, se volta para um trabalho de caráter remediativo. Essas políticas são comprometidas com o poder e o capital, relegando a segundo plano as demandas das classes mais necessitadas.

Para Carvalho (1994) a política social brasileira não tem conseguido alterar o quadro de pobreza e exclusão de parcela significativa da população; de um lado privilegia certos segmentos da população que já são bem assistidos, portanto, é marcadamente elitista; de outro lado, é assistencialista quando direcionada aos segmentos mais pobres da população. Tal política social reflete uma cultura historicamente enraizada no Estado e na sociedade que legitima o autoritarismo.

Além disso, a política social brasileira apresenta-se extremamente setorializada privilegiando o indivíduo como elemento central e portador de direitos, não privilegiando os direitos coletivos do tipo família ou comunidade. O relato desse participante, embora longo expressa o declínio do papel do Estado em sua vida.

“Ajuda de presidiário não existe não, não existe ajuda pra presidiário... o governo não ajuda presidiário... a gente que convive nos presídio aí, o dia-a-dia da gente aí não tem ajuda... tem um atendimento aí e a senhora vê o atendimento o como é que é, mas ajuda pro presidiário não tem, isso é mentira, mentira dos governantes... pode ver aí, quantos presidiários que se recuperam? (...) agora dizer que o governo vai ajudar o presidiário, que vai fazê isso... não existe... não existe porque presidiário... muitos saem aí e a Sra. vê que volta... ta aí ó! ganhou a liberdade, ah! (...) a cadeia não recupera ninguém...a cadeia não recupera ninguém, quem recupera é a mente(...) agora dizê que ele vai ter uma ajuda do governo,vai mudá, que nada, a cabeça dele vai desviá pra outros caminhos e não vai resolvê nada. Agora, pros filhos eu já acredito que o governo pode ajudar porque ali ta na sociedade... o preso?... o preso não tá na sociedade... agora, se meus filhos tá lá na sociedade o governo tem por obrigação de olhar meus filhos e cuidar deles, dá uma assistência social, uma assistência psicológica, uma assistência familiar ali pra podê ele tá convivendo ali, pra mais tarde ele não se tornar um marginal... que nem eu, to discriminado porque sou um marginal e eu não quero que ele seja um marginal... então tem que ter uma assistência social ali com uma psicóloga pra acompanhar eles, que eu to preso aqui mais eles tão lá, pra tá acompanhando eles pra eles mais tarde não ser um ladrão, um traficante ou coisas piores... porque esses que tão preso, esses vão morrer todos, esses aí vão acabar... se não se recuperar morre tudo... esses vão secar, que nem arvore seca... nasce, cresce e morre ali e seca, então esses vão acaba, vão muchá que nem a erva, então, no momento que vai acabando esses vai crescendo os outros... se o governo não ver os outros, esses pequenininhos que tão gerando agora, que a

maioria aí cada vez ta virando marginal porque não tem assistência governamental, então esses, vão vira o bandido de amanhã... na minha opinião, quem quiser falar de mim pode falar né, mas minha opinião é essa(...)"(P5).

Aponta a educação como um caminho para o processo de reconstrução. Embora a educação esteja a serviço da expansão do sistema capitalista, deve haver um rompimento com essa lógica, formulando planos estratégicos para uma educação que tenha como tarefa uma ação social transformadora, ampla e emancipadora (Mészáros, 2005).

"(...) só que se o governo não vê os pequenininhos, fazê escola que nem ele prometeu, fazê escolas, fazer assim.... dar um assistência...fazê uma escola, fazê um centro de tratamento pra esses que tá chegando agora, mas digno, né, um tratamento digno, não um tratamento de animal, que aí não vai melhorá nada na vida dele, se eles tivê um tratamento digno aí eles vão melhorá e vai mudando, vai mudando...a educação é um caminho...então, é que nem podá uma árvore, poda uma árvore hoje ela vai nasce um fruto novo, vai ficá bonito, se recupera, isso aí vai acabando, agora educação é um caminho, fazê escola..."(P5).

O sistema punitivo tem exercido seu poder de uma forma mais rígida, criando regimes de cumprimento de penas mais severos, como o Regime Disciplinar Diferenciado e Regime Disciplinar Especial, os chamados RDD e RDE. O RDD foi regulamentado pela Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, sendo destinado aos presos cuja conduta necessita segundo o Estado, um tratamento específico.

O preso terá que se submeter a regras mais severas, como no máximo duas horas de banho de sol diárias, isolamento celular de vinte e duas horas diárias e as visitas poderão ocorrer somente duas horas semanais.

Esses regimes passam a exercer um maior controle do Estado que não pode suprimir direitos, mas sim discipliná-los. A implementação desses regimes, em parte, supre a omissão do Estado no atendimento ao princípio da individualização da pena (Bortolotto, SI).

Conforme os presos relatam e podemos observar, esses regimes passam a exercer a violência do Estado dentro dos padrões da legalidade. As rígidas normas e as restrições impostas por esse tipo de reclusão parecem que tendem a agravar as desordens psíquicas ou desencadear transtornos mentais.

O Regime Disciplinar Especial, o RDE, foi criado no Complexo Penitenciário de Campinas-Hortolândia, sendo destinado a presos da região de Campinas, também com o objetivo de um tratamento rigoroso e específico (Resolução *SAP-59, de 19/08/2002).

“(...) fazê cadeia não adianta...vai faze cadeia pra que? Vai prende, só deixa lá desse jeito que tá?... é prevenir, remediar não adianta... fazer cadeia pra prender e coloca lá Sistema RDD, RDI, sistema diferenciado que tem lá no Paraná, isso não resolve nada, isso só deixa o ladrão mais injuriado ainda, a mente atrapalhada, atrapalha o psicológico... isso aí não vai resolve nada, então preocupa com escola, faze escola, tratamento pras crianças que tá chegando agora porque esses grandes que tá agora, esses que tão no crime, esses aí, vai chega uma época que uns pára, ou pára ou morre, são esses dois caminhos que tem e vai consegui o quê?(...) a falta de assistência governamental, falta de atendimento, falta de um acompanhamento que não tem. A Sra. vê aí nas favelas, que tratamento tem aquela criança da favela ali,

senhora, não tem nenhum pão pra comê, não tem nada, senhora vê ali, acorda de manhã, aquela criança ali toda remelenta, descalça, não tem uma roupa, não tem nada, aí o que que vai acontece com ele? Ele vai cresce daquele jeito e ele vai roubá, ele vai pro mundo das drogas, o traficante vai chama ele ali, ele vai pro mundo das drogas, é o tratamento que vai dá pra ele, por quê? Porque ele não tem outra opção, não tem outro caminho. A criança não tem outro caminho ali e não tem o pai e a mãe pra orientá ele ali também e as vezes o pai tem 5, 6 filhos 5, 6 filhos, que é a média de hoje e não tem como dar assistência pra eles ali, as vezes o pai pensa que a criança tá ali e ele já fugiu, tá na mundo das drogas... e esse é o mundo que ele encontra pra poder sobreviver... que assistência tem ali na favela, que assistência tem ali em São Paulo, Rio de Janeiro e outras favelas do Brasil e do mundo? Não tem assistência nenhuma, senhora. No Brasil praticamente, no mundo não, porque a gente não pode falar, tem que vê o nosso Brasil aqui, como é que tá hoje, né. Então, o governo que fazê prisão, uns que faze prisão até que eu vi o presidente falá que tem que fazê escolas, escolas tudo bem, mas vai falar de prisão? Vai fala o quê de prisão?(...) Não vê eu? Que vai adiantar eu ficar esse tempo todo na prisão? Não vai adiantar nada... (...)" (P5).

**Secretaria da Administração Penitenciária*

Na percepção dos participantes, o Estado deveria lhes dar assistência financeira e acompanhamento familiar. Sob a perspectiva legal, nota-se que os relatos refletem reivindicações legítimas, uma vez que estão inscritas na Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Somente para exemplificação, em seu artigo 6º expressa que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, (...) na forma dessa Constituição”.

“Uma ajuda financeira, senhora, acompanhamento na família. A sociedade não faz nada não. Olha as condições... as condições de que você querê ter uma coisa sem podê...” (P6).

“Acho que uma ajuda do governo, uma ajuda pra cuidá mais dos nossos filhos... escola, trabalho...acompanhá....o estudo é o lado bom da vida, sempre foi e sempre vai sê(...)”(P7).

2c. Como é ser pai e se encontrar preso?

Na concepção de alguns participantes, a situação financeira (termo por eles usado e referido na maioria das vezes) é uma das causas de suas preocupações, além do afastamento do vínculo afetivo com o filho.

“Bem, primeiro de tudo pra senhora achar um ideal, a senhora tem que conhecer a situação financeira do preso. Tudo é a situação financeira, dona, ela é muito importante. Bem, deixa eu tentar explicar para a senhora: se minha mãe, minha sogra tem condições financeiras vai sê diferente, você sabe que seus filhos estão sendo tratados com cuidado. Queira ou não você vai consegui ficar aliviado. Se você for de uma família mais humilde, a cabeça da gente não fica muito boa. A situação financeira ajuda, acho que é o principal” (P1).

“Olha, é.... difícil, é difícil, porque primeiro, ser pai já é difícil, já é difícil, vamo pô assim...em outras palavras, né, pra cuidar duma família tem que tê um emprego, tem que ganhá um salário e a molecada hora que eles qué almoça, eles qué almoça, eles não quer saber se tem comida, se tem leite, se tem pão, é a hora d’les(...). Aqui mesmo eu lavo roupa pra me mantê aqui dentro da cadeia, eu lavo roupa de outros preso, então esse dinheiro ajuda eles vim me visitá assim, vou ajudando(...) Por outro lado é....como se diz, é...é difícil a

gente sê preso e sê pai ao memo tempo, é difícil...tanto pra mim como pra minha família e também pra criança, pro filho, porque sempre há um...a gente se afasta do vínculo deles, né(...)" (P2).

A prisão representa o sentimento de perda, sofrimento psicológico relacionado a sentimentos novos que passam a vivenciar, como: insegurança em relação ao bem-estar dos filhos e a função de genitores. Alguns não conseguem transformar em palavras tais sentimentos e expressam sua dor pelo choro:

*"Ser pai é amar os filhos, desde o início que ele nasceu, até o fim... agora preso... é muito doído, difícil... ta aqui e saber que uma filha sua... você abraçava ela todos os dias e de repente você tá com 4 meses sem... **(nesse momento se emociona e começa a chorar.... chora muito)** sem vê ...(chora) minhas filhas é muito importante pra mim... as vezes eu penso: será que um dia eu vou ver elas ainda?..."**(chora)** (P3).*

O não acompanhamento das etapas da vida do filho é tido como uma perda. É apontado nos relatos abaixo:

"Difícil... a gente não acompanha né... eu mesmo queria acompanhar o crescimento e desenvolvimento do meu filho todinho desde o primeiro ano de vida até os quatorze que ele tá hoje... praticamente eu perdi a infância dele tudo, hoje ele já tá um rapaz..." (P4).

"Ser pai e tá preso?... ah, ser pai e tá preso é... é ruim né, porque tá longe dos filhos e não dá pra dar assistência pra eles, não dá pra dá o que eles tá precisando, mora longe, não tenho visita de acordo, como deveria ter... não tenho aquele convívio com o filho né, do dia-a-dia ali pra saber que... tá

dando uma assistência pra ele ali de pai né... então, isso aí que é ruim né... atrapalha muito...” (P5).

“Muita saudade, muita solidão, tristeza... muita vontade de tá do lado deles... A gente perde tudo, né... a gente perde liberdade, a gente perde.... (emociona-se, chora)... é muito sofrimento...A maioria das crianças que vem na penitenciária pra ver o pai, assim, o comportamento deles, eles acham o máximo as vezes, pelo pai tá num lugar desses, eles não tem noção do que é uma prisão(...)” P7.

É importante destacar um ponto especialmente traumático que diz respeito à vida de seus filhos e expressa no relato dos pais. Em alguns casos, segundo eles, as crianças passaram a sofrer discriminações, humilhações na escola diante de colegas, vindo a ter problemas emocionais:

“Com certeza... todo filho de presidiário é discriminado. Todos são discriminados, não é só os meus não... porque é discriminado pela sociedade e discriminado na escola, as vezes com os amigos...eles nem gosta de comentar, certamente ele não vai comentar, “Ah, meu pai ta preso.” Filho não vai comentar e nem a filha... na hora que ele lembrar ele vai chorar... se é pequenininho ele vai chorar... mesmo que seja grande, até se pegar adolescência dele ele vai lembrar e vai chorar. Então, eles são discriminados e muito discriminados, filho de presidiário é tudo discriminado, não tem um que não seja” (P5).

Tal situação pode ser pensada como um indicador de risco ao desenvolvimento dessas crianças. Segundo Yunes, Miranda & Cuello (2004) fatores de risco podem estar relacionados com eventos negativos de vida, aumentando a probabilidade do indivíduo apresentar problemas emocionais ou sociais.

“Sofrem discriminação. As outras criança fala: o seu pai tá preso, seu pai é ladrão, então isso chega até na mãe depois chega até ne mim também, lógico...(pausa longa)...da outra vez que tive na rua, cheguei até pagar psicólogo pra minha filha, porque era muita reclamação, muita gente falando do pai pra ela, então minha mulher chegou a um ponto e falou vai ter que passar por um psicólogo porque ela não tá bem, inclusive ela fica traumatizada, as vezes ela chega chorando em casa, então tudo isso aconteceu já comigo”(P7).

A análise dessa situação familiar pode ser realizada por meio dos indicadores de risco existentes nesse contexto. Tais eventos tidos como negativos e estressores podem ser indicadores de risco, predispondo a um resultado negativo desse comportamento (De Antoni, Barone & Koller, 2006).

3. A PRISÃO E O IMPACTO NA RELAÇÃO COM OS FILHOS

Esta dimensão procurou explorar, sob a perspectiva paterna, o impacto da prisão na vida dos filhos. Por isso, abordaram-se as seguintes questões:

3a. Como foi para seus filhos quando o senhor veio preso?

Vários depoimentos apontam o impacto do encarceramento sobre os filhos, alterando profundamente suas vidas. Pela percepção desses pais, um

ponto especialmente traumático diz respeito ao momento da prisão na vida desses filhos. Segundo este participante, o filho reclamava a presença do pai:

“Segundo o que falaram pra mim diz que ele sofreu bastante... queria me ver de todo jeito, mas como ele tinha 7 anos não tinha como ele fazer muita coisa porque eles não traziam e aí então ficou difícil, tanto pra mim como pra ele...(...)” P4.

“(...) foi um momento muito traumático pra ele..., por que? Porque eu tava presente, porque eu dava de tudo pra ele, porque carinho eu sei que é tudo que tem que dá pra criança. Por que ele ficou desse jeito? Porque eu dava de tudo, não roubando, não eu não tava roubando(...)” (P5).

De acordo com a percepção desses pais sua institucionalização é vista como uma situação crítica para os filhos e/ou a família. Durante a prisão alguns fatores adversos estão presentes, como a separação e a visita a um novo ambiente.

“Olha, meus filhos sempre foram muito apegados comigo, eu sempre fui, digamos assim... eu sempre fui um pai muito presente, né, quando tava com ele, né?(...) pra ele foi difícil porque ele queria muito eu... eu lembro que na época só tinha uma visita por mês, de criança era uma visita por mês porque era em delegacia, né, não era que nem aqui (...) ele ficava me chamando, pedindo queria eu, queria, queria eu e uma vez por mês ia lá, pra ir embora também chorava, grudava no pescoço, não me largava, então, pra mim foi muito ruim, eu acreditava que ia embora mesmo sabendo que tinha um fragrante, né? Pra ele foi muito ruim por causa da falta que eu tava fazendo pra ele e ele pra mim também porque era a primeira vez que eu tava sendo preso; foi muito ruim porque ele era muito novinho, criancinha. Pra mim foi

muito ruim por ter um filho e eu acredito hoje que aquele que não tem filho, ele não sofre tanto quanto aquele que tem” (P6).

Compreensivelmente, é um momento de transtornos emocionais na vida dos filhos e dos próprios pais. A invasão policial ao lar, na presença dos filhos é revelada como um aspecto que piora a situação.

“A mesma coisa de desmoronar, né... muito choro... choraram bastante, muita tristeza... até hoje acho que eles tão triste ainda, né... eles estavam em casa e fui preso fora...mas vou dizê uma coisa pra senhora...o impacto... o impacto é forte, isso daí a gente erra, a gente tá vendo que a gente tá errando...o impacto é forte, principalmente pras crianças, isso não tenha dúvida que o impacto é forte, mesmo eles sendo criança não entende é muito forte pra eles. Da próxima vez agora que eu vim preso, qué dizê, dessa vez, a polícia foi em casa, revirava tudo, eles choravam, eles estavam lá e a polícia foi até em casa, foi aonde que choravam...tal...foi muito difícil...então, é difícil...” (P7).

3b. Quando seu(s) filho(s) lhe questiona(m) sobre a prisão como você lida com isso?

A situação é conduzida de maneira a negar a prisão, alimentando ou criando uma fantasia no próprio filho. O pai expressa que não sabe lidar com tal situação.

“Eu sempre procurei nas vindas dele, sempre procurei não deixá ele entrá nesse assunto porque eu mesmo não sabia o quê respondê pra ele. Eu lembro que uma vez eu perguntei pra ele se ele sabia o que que era lá, ele tava com sete ano, né? Ele falou assim, eu não sei pai, eu sei que aqui é Itapetininga. Eu falei então, aqui é o trabalho do pai e ele tava com a bola e ele disse assim, mas o quê você faz aqui e aí eu disse, mas vamo joga bola? Então eu nunca criei

espaço pra tá conversando c'ele porque a cabecinha dele era muito pequena, eu nunca deixei espaço(...) enfim, esse assunto de prisão eu não conversei com eles (...)" (P6).

Com base nos resultados obtidos na entrevista com os pais participantes, podemos fazer as seguintes sínteses sobre:

- A Relação do Pai Presidiário e Seu Filho no Ambiente Prisional:
de acordo com os participantes é importante o contato com o filho, embora revelem certas inseguranças por seu filho freqüentar aquele ambiente. Apresentam medos em relação às influências que o ambiente da prisão possa exercer em seu filho, além de temores relacionados às questões de segurança e integridade física do filho e familiares. Alguns consideraram que tanto o procedimento de revista, quanto o contato com a instituição prisional podem ser nocivos ao desenvolvimento do filho. A questão financeira foi colocada como um impedimento a esses pais de acompanhar o desenvolvimento e ter mais contato com seu filho. A prisão não lhes parece um ambiente de tranquilidade e confiabilidade onde seu filho possa circular. Porém há a necessidade de aprofundar os estudos nessa área, pois a questão da presença ou não dessas crianças naquele espaço não basta como um elemento explicativo.
- Percepções e Sentimentos acerca de sua Condição Paterna: nos depoimentos acerca do futuro de seu filho, houve menção no sentido de apontar a ausência do Estado na vida familiar, não lhes oferecendo amparo social ou ação que vise o atendimento integral a eles ou aos familiares. A discriminação que o filho sofre e o abandono material que os familiares vivenciam são fontes de temores e preocupações, além do

medo constante desse filho se tornar um criminoso, passar a cometer delitos ou ter envolvimento com a prostituição e drogas.

- A Prisão e o impacto na relação com os Filhos: com base nas respostas dos participantes, observa-se que a prisão trouxe sérias conseqüências para a vida do filho, como a discriminação, a perda do vínculo afetivo, além da tensão ocasionada no momento em que esta ocorreu. Alguns participantes trouxeram o medo de falarem explicitamente com o filho sobre o aprisionamento. Muitos apontaram o impacto do encarceramento sobre seu filho, pois ele passou a sofrer discriminações na escola e vizinhança.

Nesses depoimentos observa-se que o espaço penitenciário se apresenta como um espaço heterogêneo que não propicia ao preso um tratamento digno, previsto pela Lei de Execução Penal Brasileira. O Estado brasileiro fere o princípio da individualização da pena restritiva de liberdade, ou seja, este princípio tem por finalidade traçar o perfil do condenado e estabelecer o tratamento penal adequado a fim de recuperá-lo. No entanto, isso não é cumprido na prática.

A individualização da pena serviria também a uma outra finalidade, a de proporcionar um espaço mais homogêneo, criando regras de convívio diferenciadas daquelas que regem o cotidiano de um preso com alto potencial para o cometimento de crimes. Ao deixar de classificar os condenados o Estado torna impossível um tratamento penal adequado, pois trata os diferentes de forma absolutamente igual (Bortolotto, SI).

Alguns pais sugerem espaços físicos dentro da prisão que proporcionem um ambiente de maior privacidade, porém a própria arquitetura prisional é

projetada apenas no sentido corretivo e disciplinar, ou seja, o modelo arquitetônico proposto ao usuário possui apenas elementos arquitetônicos mais voltados ao controle e à punição como prioritários (Lima, 2005).

Os pais apontam a Educação como um caminho na busca de alternativas e mudanças na vida de seus filhos. Mas atualmente podemos pensar a educação como um compromisso que promova a emancipação humana? A educação se propõe a permitir a transformação de uma ordem social controlada pelo capital?

Tonet (2004) alerta que em uma sociedade de classes a educação será estruturada pelas classes dominantes, impedindo a ruptura com a ordem social estabelecida. Portanto, a educação sempre terá um caráter conservador, isto é, impedirá a criatividade e a autoconstrução do homem.

A educação no espaço prisional não é uma educação voltada ao desenvolvimento da criatividade do indivíduo preso, além de não lhe proporcionar uma perspectiva de transformação de sua história, vem a contribuir para a sua submissão a uma ordem social estabelecida. Haja visto alguns cursos profissionalizantes oferecidos pelo sistema.

Para Mészáros (2005) a educação tornou-se um instrumento de perpetuação e reprodução do sistema capitalista. A tarefa educativa é muito mais que a produção do saber, ela transpassa a difusão e a produção deste saber, implica a formação de cidadãos que tenham consciência dos direitos e deveres, com uma postura crítica diante das desigualdades sociais e se engajem na sua superação.

Após a apresentação e a discussão dos dados obtidos por meio das entrevistas, serão apresentadas as informações e a discussão dos resultados

coletados nos registros de campo, com o objetivo de conhecer e refletir a instituição prisional onde este pai se encontra e seu cotidiano naquele espaço, sob a ótica dos funcionários da instituição.

O trabalho de campo se relaciona com a pesquisa em grupos de pessoas, instituições ou comunidades e a coleta de dados implica a participação espontânea do pesquisador no cotidiano da vida dos sujeitos, permitindo uma rede de comunicação e a expressão cotidiana desses sujeitos. A presença do pesquisador na instituição estudada é trabalho de campo que se realiza onde os sujeitos se encontram, favorecendo o contato interativo do pesquisador com o pesquisado. (Gonzalez-Rey, 2005).

4. Os Funcionários e o Sistema: Relatos e Acesso via Informações

Nas observações da criança e da família, entrando em contato com o ambiente da prisão (e, conseqüentemente com os funcionários que compõem esse espaço), na medida em que visitam o pai preso, surgem certas indagações: qual seria a representação dos que fazem o sistema? Conhecem o cotidiano de uma família ou de um filho de preso?

Tendo como um dos objetivos específicos desta pesquisa a descrição da dinâmica do contexto prisional, focalizando a interação entre a criança em desenvolvimento, a figura paterna e a prisão, foram realizadas observações e conversas informais com os funcionários. Primeiramente foi feito o convite a alguns funcionários para a colaboração e a participação na pesquisa. Em seguida, por meio da observação participante e conversas informais, levantei alguns dados que considerava condizente com a proposta da pesquisa, ou

seja, como o funcionário percebe e observa a relação dos pais presos com seus filhos e a situação de visita.

Para isso os funcionários foram indagados sobre o cotidiano das visitas e solicitados que falassem sobre a seguinte questão: *Comente o que você observa na relação pai-presos e seu(s) filho(s) neste ambiente.*

Os funcionários entrevistados tinham um contato freqüente e direto com os presos e com as situações de visitas. Ou trabalhavam diretamente nos pavilhões aos finais de semana ou acompanhavam a revista e toda movimentação da entrada dos familiares.

A instituição prisional desempenha a função de acolhimento aos filhos que lá estão para visitarem seus pais. Este microsistema institucional representa um espaço que favorece o contato e o vínculo entre pai e filho. Dessa forma, é importante compreendermos como os funcionários percebem e o que representa a questão pai e filho na instituição.

Para uma maior organização das observações e conversas com os funcionários, foi elaborado um quadro contendo o número de observações, data e sigla, com o objetivo de identificar os trechos selecionados do diário de campo.

Quadro 2. Legenda dos Diários de Campo

Diários de Campo da pesquisadora no ano de 2006					
Número	Data	Sigla	Número	Data	Sigla
1	14-02-06	P1	15	01-06-06	P15
2	15-02-06	P2	16	08-06-06	P16
3	17-02-06	P3	17	22-06-06	P17
4	01-03-06	P4	18	29-06-06	P18
5	06-03-06	P5	19	06-07-06	P19
6	09-03-06	P6	20	27-07-06	P20
7	14-03-06	P7	21	03-08-06	P21
8	23-03-06	P8	22	10-08-06	P22
9	30-03-06	P9	23	17-08-06	P23
10	03-04-06	P10	24	17-05-06	P24
11	10-04-06	P11	25	10-06-06	P25
12	24-04-06	P12	26	15-07-06	P26
13	02-05-06	P13	27	03-08-06	P27
14	15-05-06	P14	28	22-09-06	P28

Após a elaboração da legenda dos diários de campo, foram selecionados os depoimentos de acordo com um dos objetivos da pesquisa, ou seja, era observar a dinâmica da relação da criança com os pais no contato com a instituição por meio de situações de visita.

Nas conversas iniciais com os funcionários, percebeu-se que a maioria discordava da presença dos filhos naquele espaço. Podemos pensar que isso ocorra pela falta de conhecimento e despreparo desses profissionais para lidarem com outras questões, além da segurança e disciplina da unidade. A

política penitenciária sob a ordem neoliberal é voltada para o endurecimento da segurança em detrimento de princípios humanistas. Sua missão consiste em vigiar, punir e neutralizar a população carcerária (Wacquant, 2001). Os funcionários acabam assimilando esta ideologia e se apóiam na separação entre a punição e a ressocialização. Observe:

“Eu discordo de trazer a criança aqui pra visitar o pai, porque esse não é um lugar que possa ser bom para a criança vir.” (P12).

“... aí dizem, ah! Mas tem que ver o pai... ver o pai desse jeito? É um mundo que é normal pra ela” (P3).

Apontam a prisão como um ambiente de risco, no qual se dará a aprendizagem para a criminalidade. Possivelmente, acreditam em conseqüências negativas para o comportamento do filho que vai visitar o pai na prisão.

Se existisse um espaço para reflexão e discussão acerca das relações produzidas no cotidiano da prisão, questões como essas poderiam ser debatidas.

Dentre as razões que provocam o distanciamento do funcionário das questões familiares estão talvez, as condições de trabalho a que são submetidos. Também a falta de investimento no potencial humano contribui para este distanciamento.

“Acredito que trabalhar em uma unidade prisional seja uns dos trabalhos mais tensos e angustiantes que se possa ter. A gente

trabalha no limite da tensão e no final do plantão a sensação que se tem é a de que um caminhão passou por cima de você” (P4).

Revelaram sobre certas situações presenciadas durante a visita que lhes chamaram atenção, porém parecem sentir impotentes para lidar com isso. Não são preparados para ações que não estejam voltadas ao cumprimento das regras, normas ou sanções.

“Sobre o relacionamento entre os pais e os filhos eu já vi muita coisa... já vi aquelas mães que tratam bem, aquela que faz de tudo pro filho aqui, mas também já vi outras que maltratam, eu já vi dar tapa, tapa na cabeça da criança, sabe judiar, cada coisa” (P12).

“Olha, eu vi uma mãe que trouxe droga na calça do filho. Ela costurou no cóis da calça do menino de seis anos de idade. Ia entrando... de repente, a gente bota a mão e percebe. Aquele dia, você precisava ver a situação, as crianças ficaram horas e horas esperando uma tia chegar de outra cidade. Ficaram aqui, com o Conselho Tutelar” (P23).

Em relação aos funcionários seria importante uma melhor capacitação para lidar com os familiares nas situações de visitas ou certas situações que ocorrem na presença deles. O Sistema Penitenciário deveria incentivar e promover a formação de equipes específicas para o atendimento a essas visitas, para a definição de regras e apoio ao preso e seus familiares. O funcionário se vê despreparado para lidar com questões que não se restrinjam à segurança e disciplina da unidade. O seguinte depoimento exemplica esta afirmação:

“Aquele que vem pela primeira vez não tá acostumada com isso, nunca viu isso tudo, e eu percebo que a criança senti uma opressão, um medo, fica assustada. Ela passa na revista, amedrontada, muitas delas vem até obrigada. Eu já vi a mãe falando ‘vai logo, tira logo essa roupa’ e a criança diz ‘mas eu não quis vir aqui, eu não queria vir aqui, você que me obrigou’. A gente vê todas essas situações” (P3).

Durante a visita, alguns manifestam sua percepção sobre a relação pai e filho. Identificam as necessidades emocionais e a dor pela separação do pai.

“Ah, eu vejo que as crianças que vêm à visita pela primeira vez ficam um pouco assustadas e na hora de sair ficam tristes, choram muito. Querem que o pai vá junto. As que vêm com mais frequência estão mais acostumadas, mas na hora de ir embora também é só choro. Eu vejo que muitas sentem a maior dor ao deixar o pai, as vezes você vê que a criança tá sentindo a falta do pai e não porque tá indo embora desse lugar, é a falta do pai que ela tá sentindo e sofrendo, por deixar o pai aqui.” (P5).

O comentário feito pelo funcionário sobre um momento da separação do filho com o pai, retrata o sofrimento do filho em deixar o pai na prisão:

“(…) me chama atenção o choro da criança, ela agarra na grade, chora. Ela não quer ficar. Ela quer é o pai, na hora que ela vê que tá perdendo o pai, ela desespera, mas não quer ficar aqui, tá sofrendo, não quer ficar, tanto é que vai com a mãe, mas é a perda do pai e não saber quando vai vê-lo de novo.”(P2).

Em relação aos filhos freqüentarem a prisão e isso se mostrar prejudicial ao desenvolvimento, alguns funcionários não opinaram sobre isso. Talvez

porque na observação do contato pai e filho, considerem acima de tudo, a interação do pai e filho necessária, mesmo que aconteça naquele ambiente.

“Acho esse lugar terrível, mas não tenho condições de avaliar se é bom ou ruim para a criança vir visitar o pai” (P8).

“O próprio preso já me disse que se um dos seus filhos vier preso ele não vem visitá-lo, não vem vê-los aqui” (P19).

Assim como alguns pais presos referiram, o depoimento de alguns funcionários ilustra que não é mostrada a realidade da prisão ao filho que lá se encontra na visita ao pai:

“A minha preocupação é as crianças acharem que isso aqui é um lugar bom... outro dia atendi um preso que me falou que seu filho virou pra ele e disse assim: Ah, pai, que lugar gostoso que é esse....” (P22).

“Olha, eu vivia dizendo pra esses presos aí, vocês tem que mostrar a realidade para seus filhos. De como é um lugar desses, como vocês comem, como vocês dormem, o quê sofrem aqui. Você conta pra eles que apanham, que sofrem de tudo aqui? Então...” (P27).

Contrariamente à imagem negativa projetada por alguns funcionários, outros consideraram importante o contato, pois possibilita a preservação e a construção do vínculo.

“Eu acho bom esse contato. Acho que tem que existir sim, pois possibilita o encontro de pai e filho e para a criança isso é importante” (P24).

A instituição prisional também não dispõe de programas ou projetos voltados aos filhos que lá estão durante a visita a seus pais. Quando os pais que optam por um momento de intimidade, deixam os filhos aos cuidados de outros presos.

“São os presos que designam quem vai ficar cuidando dos seus filhos e geralmente eles estabelecem alguma moeda de troca para isso, ou cigarro ou qualquer outra coisa” (P28).

Interessante que alguns funcionários relatam o acompanhamento de diversas fases da vida da criança. Algumas delas têm o contato com a prisão desde que nascem. Muitos presos revelaram-me que as esposas engravidaram na prisão e seus filhos desde bebê vêm visitá-los.

“A gente acompanha as diversas fases de algumas crianças – vimos a gravidez da mãe, ela começando a andar e até crescer. Sabe, acho interessante acompanhar tudo isso e acho que isso aqui, a prisão, não ajuda em nada a criança”(P9).

Indagados sobre a interação com os familiares ou com os filhos dos presos, alguns funcionários relataram que em outras épocas, poder-se-ia ter um contato mais próximo com a família, com os filhos dos presos ou alguma interação com os visitantes. Porém, atualmente demonstram certo distanciamento, atribuindo esta postura às mudanças ocorridas no sistema prisional nos últimos tempos.

O depoimento a seguir reforça um anterior sobre a mesma percepção dos pais presos: que a instituição prisional não lhes oferece segurança e

integridade, que as regras estabelecidas estão sendo descumpridas, gerando um clima de insegurança e medo.

“Dia de visita, até certo tempo atrás, era um dia onde, apesar do excessivo cuidado para não termos problemas com os visitantes, não se registrava ocorrências graves e por conta disso nós podíamos deixar a tensão de lado. Hoje não! Todas as regras, muitas delas estipuladas pelos próprios presos, deixaram de existir. Pra te dar um exemplo simples: quando que a mais ou menos sete anos atrás você ouvia falar de rebelião ou qualquer outro tipo de levante por parte dos presos num dia de visitas? Eles mesmos diziam que dia de visita era sagrado e que nada poderia acontecer, tudo tinha que transcorrer da melhor forma possível, pra parecer este um lugar tranqüilo. Agora, tudo funciona ao contrário, os presos utilizam-se das visitas pra promover rebeliões, fugas, acerto de contas com outros presos e ainda as colocam como escudo nessa briga de “polícia x ladrão” (P1).

O contato direto com as famílias era mais freqüente e mantinham algum tipo de interação (isso não quer dizer que essa interação tivesse uma profundidade). Percebeu-se, entretanto, a presença dos que buscam ou estão mais abertos a esse contato.

“As visitas chegavam e nos cumprimentavam, sempre perguntavam dos seus maridos, filhos, irmãos que estavam presos. Perguntavam do comportamento deles” (P15).

Observou-se um distanciamento entre os funcionários e os presos. O papel não cumprido pelo Estado, de acolhimento, de amparo, de condições adequadas para o cumprimento da pena, é visto por parte dos presos, como responsabilidade dos funcionários e não do Estado.

“Um Agente de Segurança Penitenciário, sofre tanto quanto o cidadão preso, as conseqüências da negligência do Estado. A superlotação, a falta de condições adequadas também recai sobre o funcionário, que é responsabilizado por parte dos presos por questões como essas.” (P1).

Os presos acabam transferindo o que cabe ao Estado suprir, aos funcionários, contribuindo para o distanciamento entre as partes (preso e funcionário).

Com base nos resultados obtidos na entrevista com os funcionários e nas observações, podemos fazer as seguintes sínteses:

- O funcionário percebe a importância do vínculo pai-filho mesmo não concordando que o ambiente seja propício para o desenvolvimento da criança e assume uma posição de neutralidade, pois não cabe a ele julgar ou analisar.
- O funcionário mostra-se limitado no auxílio ao preso e sua família, assumindo uma postura distante pela própria condição da realidade prisional.
- O dia de visita se configura como uma ameaça à segurança do funcionário, diante da possibilidade de rebelião, como ultimamente ocorreu.
- O vínculo do funcionário com o preso é dificultado pela própria dinâmica institucional.

- Apresentam uma visão estereotipada em relação ao preso e seus familiares, o relacionamento limita-se apenas no cumprimento das regras e normas institucionais nos dias de visitas.

Fica evidenciado que o funcionário é preparado apenas para buscar uma atuação direcionada a execução das normas de segurança e disciplina da unidade, distanciando-se assim de sua atribuição como agente de promoção humana.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste estudo foi a de realizar reflexões e investigações acerca de um problema com tendência cada vez mais crescente, visando propiciar novos estudos ou projetos voltados ao pai que se encontra na condição de presidiário. Além disso, é chamar atenção como este pai percebe a ação do Estado em sua vida e na vida de seus filhos. Como funciona e são efetuadas as políticas públicas penais em especial no Estado de São Paulo, voltadas para a sua condição de pai.

O interesse não é massacrar a instituição prisional e culpabilizá-la por tudo, muito menos achar que ela não tenha nenhuma importância e que deveria ser extinta, mas sim poder trazer à tona certas questões e refleti-las para que sejam tratadas de maneira adequada. As dificuldades encontradas só serão superadas ou modificadas por meio do avanço das pesquisas neste campo. Diante disto espera-se obter elementos que possibilitem construir e contribuir no avanço de novos estudos sobre tal problemática, em especial sobre as famílias nestas condições.

Embora nos últimos anos houvesse um aumento progressivo de novas penitenciárias e novas ofertas de vagas no sistema prisional, tal política não se mostrou totalmente eficaz e não foi acompanhada de outras iniciativas.

O estudo mostrou como a trajetória carcerária do pai preso pode ser descrita como uma seqüência de dificuldades e rupturas comandadas, por um lado, pelas necessidades e exigências da instituição prisional, por outro, pelas exigências do sistema social. A entrada na prisão é acompanhada por várias perdas, além do vínculo afetivo com os filhos, bem como da supressão parcial ou total de benefícios sociais, ficando a família desprovida de amparo social.

Este desamparo social além de afetar a família do pai presidiário, contribui para fragilizar as relações afetivas e os vínculos; essas famílias encontram na situação financeira um fator impeditivo e de distanciamento do familiar que se encontra preso.

Vale ressaltar que o enfraquecimento da proteção social ou sua inexistência, apontados pelo pai presidiário, não é uma fatalidade natural ou obra do acaso, mas sim o resultado de um processo histórico e de decisões políticas que comprometeram e contribuíram ainda mais para a criminalização sobretudo em função da miséria.

Atribuir a esses pais ou a essas famílias, marcadamente das camadas mais empobrecidas da nossa sociedade, uma função de proteção a seus filhos sem lhes oferecer meios para isso é extremamente irracional.

A educação e a formação para a vida, o acesso efetivo às condições de vida digna para todos, acompanhados sobretudo de uma reconstrução das capacidades sociais do Estado, podem oferecer outro tipo de sociedade.

Além disso, temos que repensar o papel da psicologia, a fim de que esta ciência possa contribuir com ações para que o ser humano encontre formas mais dignas e éticas de convivência (Freitas, 1998).

Que a ciência psicológica possa ser orientada, cada vez mais pelo compromisso de mudanças nas condições de vida da população, propiciando relações mais humanas.

V.REFERÊNCIAS

- Adorno, S. (1999). Prisões, Violência e Direitos Humanos no Brasil.
Disponível on line: www.mre.gov.br. Recuperado em 15/06/2006.
- Bauman, Z. (1999). Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bortolotto, G (SI). Regimes Diferenciados, Igualdade e Individualização. Ministério da Justiça Departamento Penitenciário Nacional.
Disponível on line: www.depen.br. Recuperado em 12 de outubro de 2006.
- Bronfenbrenner, U. (1979/1996). A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Burity, J. A. & Vainsencher, S. A. (2005). Escuridão no Fim do Túnel: o cotidiano das famílias de presos no Estado de Pernambuco. Recife: Massangana.
- Carvalho, I.M. M & Almeida, P.H. de. (2003). Família e Proteção Social. São Paulo Perspectiva. São Paulo, v.17, n.2. Disponível on line: www.scielo.br. Recuperado em 16 de outubro de 2006.
- Carvalho, M.C. B. (1994). Família Brasileira. Em: A Priorização da Família na Agenda da Política Social (2 ed., pp. 93-108). São Paulo: Cortez.
- Catani, M. A. (1980). O que é Capitalismo. São Paulo: Brasiliense.
- Comblin, J. (1999). O Neoliberalismo no Centro. Em: O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século, (pp. 15-50). Petrópolis: Vozes.

Conselho Federal de Psicologia (2005). Código de Ética. Disponível online: www.pol.org.br. Recuperado em 08/09/2006.

Conselho Federal de Psicologia (2005). Resolução No. 016/2005.

Disponível online: www.pol.org.br. Recuperado em 08/09/2006.

Constituição da República Federativa do Brasil (1998). São Paulo: Saraiva.

Chomsky, N. (2004). O Lucro ou as Pessoas? Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.

Cruz Neto, O. (1994). O trabalho de campo como descoberta de criação.

Em M. C. Minayo (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. (24 ed. pp. 51-66). Petrópolis: Vozes.

De Antoni, C. (2000). Vulnerabilidade e Resiliência Familiar na visão de adolescentes maltratadas. Dissertação de Mestrado não publicada.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em

www.psicologia.ufrg.br/cep_rua. Recuperado em 03/10/2006.

_____ C. (2005). Coesão e Hierarquia em Famílias com História de Abuso físico. Tese de Doutorado não-publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível on line: www.psicologia.ufrgs.br/cep_rua. Recuperado em 21/09/2006.

- De Antoni, C. & Cassol, L. (2006). Família e abrigo como rede de apoio social e afetiva. Em: Resiliência e Psicologia Positiva: Interfaces do Risco à Proteção (1 ed., pp.173 -199). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- De Antoni, C., Barone L. R., Koller, S (2006). Violência e pobreza: um estudo sobre vulnerabilidade e resiliência familiar. Em: Resiliência e Psicologia Positiva: Interfaces do Risco à Proteção (1ed. , pp. 141-171).
- Diário Oficial Estado de São Paulo (2004). Decretos. Seção I, v. 114, n 165. São Paulo, SP.
- Diário Oficial do Estado de São Paulo (2003). Poder Executivo – Seção I. v. 174 – 13/09/2003 – p. 15.
- Departamento Penitenciário Nacional (2006). Disponível on line: www.mj.gov.br/depen. Recuperado em 09/12/2006.
- Elias, J. R. (1994). Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: Saraiva.
- Flick, U. (2004). Uma introdução à Pesquisa Qualitativa. (Trad. S. Netz). Porto Alegre: Bookman.
- Foucault, M. (1987). Instituições Completas e Austeras. Em: Vigiar e Punir (31 ed., pp. 195-214). Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1988). Sobre as prisões. Em: Microfísica do poder (129-144). Rio de Janeiro: Edições Graal.

Freitas, M.F.Q. (1998). Psicologia Reflexão e Crítica. Em: Inserção na comunidade e análise de necessidades: Reflexões sobre a prática do Psicólogo 11 (1). Porto Alegre. Disponível em www.scielo.com
Recuperado em 29/10/2006.

Fromm, E. (2000). A Arte de Amar. São Paulo: Martins Fontes.

González Rey, F. (2005). Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Gueiros, D. A (2002). Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. Em: Serviço Social e Sociedade (pp.102-120). São Paulo: Cortez Editora.

Goffman, E. (1988). Estigma. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan.

_____ (1996). Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Editora Perspectiva.

Human Rights Watch (1998). O Brasil atrás das grades. Disponível on line: www.hrw.org. Recuperado em 12/10/2006.

Lacerda Jr. F. & Guzzo, R. S.L. (2005) . Interação em Psicologia. Em:Prevenção Primária: análise de um movimento e possibilidades para o Brasil. Curitiba. (9)12, p.239-249.

Koller, S. H. (2004). Conversando com Bronfenbrenner. Em: S. H.

Koller (org.). Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil (pp. 43-50). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Koller, S. H & De Antoni, C. (2004). Violência Intrafamiliar: Uma visão ecológica. Em: S.H. Koller (org.) Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e Intervenção no Brasil (pp.293-310). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lima, S.F.C.de (2005). Arquitetura penitenciária: a evolução do espaço Inimigo. Disponível on line: www.vitruvius.com.br. Recuperado em 08/10/2006.

Manual de Rotinas e Procedimentos do Agente de Segurança Penitenciária, 2005. Secretaria da Administração Penitenciária.

Martinez, M. (2002). La investigación cualitativa etnográfica em educación. Manual Teórico-Práctico. México: Trillas.

Mészáros, I. (2005). A Educação Para Além do Capital. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial.

Minayo, M.C. (1994). Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. Em: M.C. Minayo (Org.). Pesquisa Social: Teoria, método de criatividade. (24 ed.,pp. 9-29). Petrópolis: Vozes.

Mirabete, F.J. (2001). Manual de Direito Penal. São Paulo: Atlas.

_____ (2000). Execução Penal: comentários à Lei nº7.210, de11/07/1984. São Paulo: Atlas.

Moraes, A. (2003). Direito Constitucional. São Paulo: Atlas.

Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2004). O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. Em: S. H. (Org.). Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e Intervenção no Brasil (pp. 51-65). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Palma, A.C.de (2003). Sobrepenas: Os excessos na Execução Penal. Monografia apresentada ao curso de Especialização em Modalidades de Tratamento Penal e Gestão prisional pela Universidade Federal do Paraná. Disponível on line: www.pr.gov.br/depen. Recuperado em 01/11/2006.

Pinheiro, P.S. & Almeida G.A. (2003). Violência Urbana. São Paulo, Publifolha.

Rocha, L.C. (1994). A Prisão dos Pobres. Tese de Doutorado não Publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Universidade Estadual de São Paulo, S.P.

Sá. A.A. d. (1998). Prisionização: Um Dilema Para o Cárcere e Um Desafio para a Comunidade. Em: Revista Brasileira de Ciências Criminais, 6(21), pp.120-123.

Salla, F. (2001). A retomada do encarceramento: as masmorras high tech e a atualidade do pensamento de Michel Foucault. Cadernos da F.F.C. (UNESP, Marília), 9(1):35-58.

Sapienza, G. & Pedromônico, M.R. M (2005). Psicologia em Estudo. Em: Risco, Proteção e Resiliência no Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (10) 2, 209-216. Disponível on line: www.scielo.com . Recuperado em 05/11/2006.

Secretaria da Administração Penitenciária (2006). Disponível on line: www.admpenitenciaria.sp.gov.br. Recuperado em 03/11/ 2006.

Thompson, A (1980). A Questão Penitenciária. Rio de Janeiro: Forense (2ª. ed., pp.117-123).

Tonet, I (2004). Educação, Cidadania e Emancipação Humana. Ujuí: Editora Unijuí.

Wacquant, L. (2001). As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Wallerstein, I. (1985). O Capitalismo Histórico. São Paulo: Editora Brasiliense.

Yunes, M.A.M., Miranda & A. T. Cuello (2004). Um Olhar Ecológico para os Riscos e Oportunidades de Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes Institucionalizados. Em: Ecologia do Desenvolvimento Humano. Silvia Koller (org.). São Paulo: Casa do Psicólogo (pp. 197-214).

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezado Pai,

Estou realizando uma pesquisa nesta Penitenciária intitulada **Presidiários: Percepções e Sentimentos acerca de sua condição paterna** com o objetivo de contribuir para a compreensão da relação entre pais presidiários e seus filhos, dentro do ambiente prisional. Este trabalho torna-se importante, pois, teremos a oportunidade de discutir o desenvolvimento de crianças que vivenciam esta situação e dos pais que se encontram na condição de presidiário.

Gostaria de convidar o Senhor a fazer parte desta pesquisa, enfatizando que esta pesquisa segue os regimentos do Código de Ética do Psicólogo que coloca no Art.16 que o psicólogo na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias deve: avaliar os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas; garantir o caráter voluntário da participação na pesquisa, mediante consentimento livre e esclarecido; garantir o anonimato das pessoas, grupos ou organizações; garantir o acesso dos participantes aos resultados das pesquisas ou estudos, após o encerramento, sempre que assim o desejarem.

Portanto, todas as informações coletadas serão mantidas em sigilo assim como a identidade dos membros de sua família. Vale

ressaltar que esta pesquisa não impõe nenhum risco ao desenvolvimento do seu filho, ao cumprimento de sua pena ou a sua permanência nesta Instituição. Após a finalização desta pesquisa estarei informando-lhe os resultados que pude obter. Espero contar com a sua colaboração, colocando-me ao seu inteiro dispor para quaisquer dúvidas que necessitarem serem esclarecidas. O senhor tem a liberdade de se posicionar e manifestar pela não participação a esta pesquisa.

Entrevistarei você individualmente e esta atividade deverá durar aproximadamente uma hora. Os nossos encontros serão realizados na penitenciária a partir das entrevistas realizadas no cotidiano da prática profissional.

O senhor poderá se retirar desta pesquisa quando quiser e não haverá risco caso aceite a participação, pois todos os resultados deste trabalho serão apresentados em conjunto e sem identificação.

Concordando com a participação, solicito que a Sr. preencha a carta de consentimento abaixo. Desde já, agradeço a sua colaboração.

Mônica Ferreira da Silva (orientanda)
Raquel Souza Lobo Guzzo (Orientadora)
Psicologia/PUC-Campinas. Tel: 3729-8534

ANEXO II

ILMO SENHOR DIRETOR TÉCNICO DE DIVISÃO DE SAÚDE DO
CENTRO DE REINTEGRAÇÃO E ATENDIMENTO À SAÚDE
DR. ROBERTO MINCHILLO

MÔNICA FERREIRA DA SILVA,
R.G.19.821.288, Psicóloga desta Unidade e aluna do Programa de Pós-
Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, da Pontifícia
Universidade Católica de Campinas, vem mui respeitosamente, à
presença de Vossa Senhoria, solicitar permissão para gravar as
entrevistas individuais que serão realizadas junto aos sentenciados da
Unidade.

Ressalto que será garantida a participação
voluntária, anonimato e sigilo em relação à autoria das respostas dadas,
ficando os dados disponíveis após o término do mesmo.

Na realização deste estudo serão observados
todos os procedimentos éticos previstos para a execução de estudos
com seres humanos (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE E
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA).

No aguardo de seu parecer, espero cumprir com
as normas desta unidade e coloco-me à disposição de Vossa Senhoria
para maiores esclarecimentos.

ATENCIOSAMENTE,

Mônica Ferreira da Silva
CASA BRANCA, 12 DE MAIO DE 2006.

ANEXO III

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO

Dimensões	Questões formuladas
1. Relação do Pai Presidiário e seu filho no ambiente prisional	<p>1a. Como você mantém contato com seu(s) filho(s) e qual a frequência desse contato?</p> <p>1b. O que o senhor acha de seu(s) filho(s) vir(em) na prisão visitá-lo?</p> <p>1c. Considera importante um espaço adequado para o senhor estabelecer este contato com seu(s) filho(s), ou seja, que vocês permaneçam em um outro espaço que não o pavilhão?</p>
2. Percepções e Sentimentos acerca de sua condição paterna	<p>2a. O que o senhor acha que pode acontecer com seu filho pelo fato de se encontrar na condição de presidiário?</p> <p>2b. Que tipo de ajuda julga importante ter, pelo fato de ser pai e estar na condição de presidiário?</p> <p>2c. Como é ser pai e se encontrar preso?</p>
3. A prisão e o impacto na relação com os filhos	<p>3a. Como foi para seus filhos quando o senhor veio preso?</p> <p>3b. Quando seu(s) filho(s) lhe questiona(m) sobre a prisão como você lida com isso?</p>

ANEXO V

CARTA DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, Diretor Técnico de Departamento, autorizo a psicóloga Mônica Ferreira da Silva, funcionária da Penitenciária “Joaquim de Sylos Cintra”, na qualidade de pesquisadora e aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro Ciências da Vida da Puc-Campinas a realizar sua observação nesta instituição prisional, para estudo de pais presidiários. Estou ciente de que será preservado o anonimato e mantido o sigilo de informações. A título de reciprocidade, a mesma se compromete a transmitir os resultados do seu estudo.

Casa Branca, 17 de março de 2006.